

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Manuela Ferreira Leite em Leiria:  
“um candidato a qualquer lugar  
deverá ser candidato apenas a um lugar”



## Destaques:

“Educação: pela exigência, o mérito e o direito de escolha” - Portugal de Verdade

Em “Actividades da Presidência”

«Sócrates no País das Maravilhas» - o Estado da Nação

Em «Actividades do PSD» e «Parlamento»

Candidatura de Pedro Santana Lopes à Câmara de Lisboa

Em “Notícias de Lisboa”



# Em Leiria, Manuela Ferreira Leite apresenta recandidatura de Isabel Damasceno: “um candidato a qualquer lugar deverá ser candidato apenas a um lugar”

A nossa Presidente esteve no Domingo passado em Leiria, na apresentação da recandidatura de Isabel Damasceno à Câmara Municipal.

O nome de Isabel Damasceno, que inicialmente manifestara intenção de não se recandidatar a um quarto mandato, foi aprovado pela direcção nacional do partido em Abril.

“Houve várias pessoas que me pediram esta prestação de novo, uma das quais a Dr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite”, disse à Agência Lusa a autarca, sublinhando que se revê “completamente na liderança do partido, no estilo, na atitude e na forma”.

Isabel Damasceno Campos, de 53 anos, foi candidata, pela primeira vez, à Câmara de Leiria em 1997, tendo o seu nome sido indicado pelo então e também agora líder da CPC.

Nas eleições de 1997 a candidata ganhou com maioria absoluta, situação que repetiu em 2001.

O segundo mandato da autarca ficou marcado pelo processo judicial “Apito Dourado”, relativo à corrupção no futebol.

Em 2005, Isabel Damasceno, no congresso do partido em Pombal foi eleita vice-presidente da Comissão Política Nacional, quando da liderança de Marques Mendes.

A autarca lembrou que o processo “Apito Dourado” foi um “momento muito difícil do ponto de vista pessoal, mais pela questão do empolamento de um facto que não tinha nada de suspeito”.

Já eleita para um terceiro mandato, viu o inquérito que lhe dizia respeito, no âmbito do “Apito Dourado” ser arquivado, em Fevereiro de 2006.

Três meses depois, em Maio, no congresso do PSD na Póvoa do Varzim, a seu pedido deixou a Comissão Política



Nacional.

Domingo, às 18:00, no Castelo de Leiria, além da apresentação da recandidatura de Isabel Damasceno à Câmara e do médico Manuel Antunes à Assembleia Municipal, foram anunciados os cabeças de lista do PSD às 29 Assembleias de Freguesia do concelho.

Nesse dia e nesse local, a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, defendeu que um “candidato a qualquer lugar deverá ser candidato apenas a um lugar”, considerando que a anunciada alteração do critério do PS revela “desorientação e desnorre”.

“A primeira coisa que se exige é praticamente elementar. É que ninguém se pode candidatar a várias coisas ao mesmo

tempo”, afirmou Manuela Ferreira Leite na cerimónia de apresentação da recandidatura de Isabel Damasceno à Câmara Municipal de Leiria.

Para a presidente do PSD, quando existe dupla candidatura “os eleitores ficam sem saber afinal quem é” que o vai representar.

“Será um engano aos eleitores”, disse a presidente do PSD, lembrando que o PSD, “antes de ter escolhido os candidatos, definiu qual o seu perfil e quais as condições em que se deviam apresentar às eleições”.

“O PS, a despeito disso, em vários locais, e por várias fórmulas, apresentou a mesma pessoa a candidatar-se a pelo menos dois lugares”, declarou Manuela Ferreira Leite, adiantando que, “agora, como as coisas parece que não estão a correr muito bem, o PS resolveu enveredar por aquilo que é dar voltas de 180 graus e fazer exactamente o oposto do que fazia há três ou quatro meses”.

Realçando que o PSD não tem nada a opor à decisão do PS de excluir duplas candidaturas, a presidente do PSD afirmou que se limita “a ouvir que os camaradas do Partido Socialista, eles próprios, estão a considerar que estão a ser totalmente enganados pelos líderes políticos do seu partido”.

“Realmente, se se queria dar uma ideia de maior seriedade, deu-se uma ideia do contrário”, considerou Manuela Ferreira Leite, frisando que este “é um exemplo que serve para mostrar a desorientação e o desnorre do Partido Socialista que se nota no seu dia-a-dia nas

grandes decisões, nas pequenas decisões”.

Manuela Ferreira Leite, lembrou que o PS tem feito sempre “uma política exactamente inversa” de apoio às pequenas e médias empresas (PME) e que “agora é muito tarde” para apresentar uma proposta.

“De repente, (no fórum Novas Fronteiras) acham que vão ter uma proposta para as pequenas e médias empresas, esquecendo-se de um ponto essencial”, disse Manuela Ferreira Leite, lembrando que as PME “teriam muito precisado da política socialista há uns meses atrás, quando chegou a crise e, mesmo antes da crise, para estarem preparadas para enfrentar a crise”.

O secretário-geral socialista José Sócrates propôs sábado um pacto para a internacionalização das PME e defendeu que cabe ao Estado o papel de direcção nesse objectivo.

Sem nunca se referir ao proposto pacto, Manuela Ferreira Leite defendeu que o “elemento fundamental de combate a esta crise” era o “apoio absolutamente essencial” às PME, realçando que “sempre o PS repudiou todas as propostas” que o PSD fez na Assembleia da República.

“Sempre foi contra, sempre fez uma política exactamente inversa, de apoio aos grandes grupos, aos grandes investimentos”, denunciou, sublinhando que “sempre que tivesse a palavra grande estava na boca do PS e nas suas preocupações”, afirmou, já no fim da sua intervenção, a Presidente do PSD, no anúncio da candidatura de Isabel Damasceno.





### As declarações de Isabel Damasceno

A cabeça de lista do PSD à Câmara Municipal de Leiria, Isabel Damasceno, reiterou hoje que a sua candidatura é “do PSD”, prometendo “honrar” o partido.

“Estou aqui em nome do PSD e para honrar o PSD. E só assim aqui estaria”, disse a candidata, cujo nome foi aprovado pela Comissão Política Nacional do partido em Abril.

Na cerimónia de apresentação da recandidatura da autarca a um quarto mandato, em que esteve presente a líder do PSD, Isabel Damasceno afirmou recusar “absolutamente a visão estreita do ‘quem não é por nós é contra nós’”.

“O PSD só será verdadeiramente



grande se se abrir à sociedade, se entender que o eleitorado é muitíssimo maior que a sua grande massa de militantes, se evitar a lógica de cliques e sindicatos de voto”, declarou, sublinhando que a sua candidatura “segue esse caminho de abertura”.

Admitindo ser “cedo para falar de objectivos para o mandato que se aproxima”, Isabel Damasceno enumerou algumas orientações do seu programa eleitoral, prometendo “manter as preocupações sociais” que “nos dias de hoje assumem ainda maior importância”.

“Em segundo lugar, daremos todos os contributos possíveis para a resolução dos problemas ambientais que ainda nos perseguem”, disse, garantindo, igualmente, “toda a disponibilidade para o diálogo com todas as instituições”.

O trabalho com as Juntas de Freguesia e a “prioridade absoluta ao aproveitamento dos fundos disponibilizados” pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional são outros dos objectivos da candidata.

Isabel Damasceno explicou ainda que exerceu “o terceiro mandato de presidente da Câmara Municipal de Leiria com a sentida certeza de que seria o último”, considerando que “a função é esgotante”.

“É preciso muita paciência e resis-

tência ética para gerir com equidade e honestidade os interesses de cada um dos nossos cidadãos e conciliá-los com o interesse público”, sublinhou.

A candidata considerou que “satisfazer as necessidades sempre crescentes dos municípios, compatibilizar com equidade os seus interesses privados com o interesse público, resistir com equilíbrio emocional ao julgamento muitas vezes injusto e por vezes ofensivo” provoca “um desgaste físico e psicológico”, para acrescentar que “só um enorme espírito de dedicação ao bem comum torna possível suportar”.

Na mesma cerimónia, foi apresentada a recandidatura do médico Manuel Antunes à Assembleia Municipal de Leiria, assim como os cabeças de lista do PSD às 29 Assembleias de Freguesia do concelho.

Foram igualmente apresentados os candidatos às Câmaras Municipais do distrito.

Pelo PSD, recandidatam-se nove dos actuais doze presidentes de câmara eleitos em 2005: Alvaiázere, Batalha, Caldas da Rainha, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Nazaré, Óbidos, Pedrogão Grande e Pombal.

Em Alcobaça, Ansião e Bombarral, o PSD apostou na renovação de candidaturas.

Já em Porto de Mós, Peniche, Marinha Grande e Castanheira de Pêra, concelhos liderados por outros partidos, o PSD também mudou os candidatos que se apresentaram ao último acto eleitoral.

### A primeira sessão da segunda série “in camera” do fórum “Portugal de Verdade”

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, presidiu no fim da semana passada, a mais uma sessão da segunda ronda do “Fórum Portugal de Verdade”, desta vez com o tema “Educação: pela exigência, o mérito e o direito de escolha”.

Para além de Manuela Ferreira Leite, participam na sessão João Alvarenga (presidente da Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo), José Manuel Canavarro (professor universitário), Santana Castilho (professor universitário) e Vasco Teixeira (presidente do Conselho de Administração da Porto Editora), entre outros.

O PSD conta organizar até ao final de Julho dez novas reuniões sobre pequenas e médias empresas, saúde, desemprego, segurança, pobreza, desigualdades territoriais, mar, ambiente e agricultura, desta vez à porta fechada, das quais sairão conclusões com as quais a direcção social-democrata liderada por Manuela Ferreira Leite se compromete.

Essas conclusões serão contributos para o programa político com que o PSD se vai apresentar às eleições legislativas. Entre Fevereiro e Maio, o PSD realizou sessões do Fórum Portugal de Verdade sobre os mesmos temas. Um resumo das propostas feitas pelos convidados dessas sessões foi apresentado no dia 23 de Maio, no Porto, na sessão de encerramento do Fórum Portugal de Verdade.

Fonte social-democrata adianta que o programa eleitoral do PSD deverá estar concluído e ser apresentado no final de Julho.

Falando à Informação, num intervalo do “forum”, a presidente do PSD prometeu mudar os estatutos do aluno e da carreira docente, o sistema de avaliação dos professores e aliviar a carga burocrática a que estão sujeitos, caso vença as eleições legislativas.

Esses quatro compromissos farão parte do programa eleitoral social-democrata, anunciou Manuela Ferreira Leite, em declarações aos jornalistas, em Lisboa, a meio de uma reunião sobre educação enquadrada no Fórum Portugal de Verdade do PSD.

“No nosso programa não poderemos deixar de contemplar a alteração destes quatro aspectos que estão a paralisar o sistema, estão a torná-lo inviável, desmotivador da acção dos professores”, declarou.





Na reunião, destinada a recolher contributos para o programa eleitoral do PSD na área da educação, juntaram-se “desde pessoas ligadas a sindicatos, a associações de pais, professores do ensino superior e do ensino secundário” e a crítica ao estado da escola pública “é generalizada”, bem como a ideia de que não se pode reformar o sistema “contra os professores”, segundo relatou Manuela Ferreira Leite.

“Não se pode manter um sistema em relação ao qual, na generalidade, todos estão contra e que é um tipo de sistema em que todos devem estar envolvidos”, defendeu a presidente do PSD.

“Uma coisa é certa, vamos pôr em cima da mesa a modificação destes quatro aspectos: Estatuto do Aluno, avaliação dos professores, Estatuto da Carreira Docente e os aspectos de desburocratização”, reiterou, dizendo que “as propostas, em concreto, hão de ser feitas com os agentes educativos”.

De acordo com a presidente do PSD, “os professores devem ser avaliados” e “nunca ninguém negou a necessidade de avaliação dos professores, nem sequer os próprios professores”.

“Agora, também já se viu este sistema não serve para avaliar, só serviu para paralisar. Portanto, insistir nisso seria o chamado suicídio, que evidentemente julgo que ninguém defende”, acrescentou.

Quanto ao Estatuto do Aluno, “o problema é que com aquele estatuto o que acontece é que um aluno pode passar, transitar de ano, sem nunca ter sequer ido alguma vez à escola”, apontou.

Na opinião da presidente do PSD, “estes quatro anos foram quatro anos absolutamente perdidos em termos de reforma da educação” e é preciso “lançar mão àquilo que é preciso fazer e não permitir que o sistema educativo se continue a deteriorar”.

Esses quatro compromissos farão parte do programa eleitoral social-democrata, anunciou Manuela Ferreira Leite.

“No nosso programa não poderemos deixar de contemplar a alteração destes quatro aspectos que estão a paralisar o sistema, estão a torná-lo inviável, desmotivador da acção dos professores”, declarou.

### A Presidente desmente Henrique Granadeiro sobre o caso da venda da rede fixa

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, contrariou o presidente do conselho de administração da PT, Henrique Granadeiro, dizendo que a venda da rede fixa foi decidida pelo Governo socialista de António Guterres.

Em declarações publicadas numa edição do jornal “I”, Henrique Granadeiro afirmou que “ainda está na memória de toda a gente a venda pelo Estado à PT da rede fixa como forma de conter o défice público nos limites impostos por Bruxelas, sendo Manuela Ferreira Leite ministra das Finanças”.

“Isso não é verdade, pela simples razão de que o negócio da venda da rede fixa estava feito pelo PS quando eu cheguei ao Ministério das Finanças”, contrapôs Manuela Ferreira Leite, em declarações aos jornalistas, num hotel de Lisboa onde decorreu uma reunião



do Fórum Portugal de Verdade do PSD.

“A decisão política dessa matéria não é minha, a decisão política é do Governo socialista do engenheiro Guterres. Portanto, quando eu cheguei ao Ministério das Finanças a decisão política estava tomada”, acrescentou a presidente do PSD.

Manuela Ferreira Leite, afirmou ainda não se lembrar de alguma vez ter pressionado quem quer que fosse e considerou que, se o seu partido tentou influenciar linhas editoriais, “fez mal”.

Questionada pelos jornalistas sobre estas declarações, a presidente do PSD disse não saber a que se referia Henrique Granadeiro.

“Nunca me lembro de algum dia na vida ter feito pressões sobre quem fosse. Como nunca me submeti a pressões, tenho muita dificuldade em entender isso, porque quando nós somos submetidos a pressões com as quais não concordamos, então não executamos aquilo para que nos estão a pressionar”, afirmou.

Interrogada sobre eventuais tentativas por parte do PSD de influenciar as linhas editoriais de jornais do grupo Lusomundo, Manuela Ferreira Leite considerou que, “se o PSD fez isso, só tem de considerar que fez mal”.

“Não é pelo facto de um dia nós termos feito alguma coisa mal que eu posso deixar de criticar outra coisa que é também feita mal. Se fez, fez mal, não devia ter feito”, completou.

Instada a atribuir uma explicação para estas declarações de Henrique Granadeiro, a presidente do PSD respondeu: “Não sei. Como não li tenho imensa dificuldade em estar a fazer uma afirmação sobre um aspecto que não li”. Manuela Ferreira Leite ainda disse que nunca criticou o negócio recente que levaria a PT a adquirir a Prisa; e que o que fez foi lançar “alguma suspeita sobre qual é que era efectivamente o objectivo do negócio” motivada pelo facto de “o primeiro-ministro ter negado o seu conhecimento”.

“O primeiro-ministro conhecia o negócio e disse que não conhecia. E isso, evidentemente, foi o que lançou as sus-

peitas”, acrescentou, considerando que a conclusão do processo lhe deu razão.

“A despeito de o presidente da PT ter vindo dizer e fundamentar que o negócio era muito bom para a PT, o primeiro-ministro não permitiu que ele fosse adiante. Portanto, eu acho que o primeiro-ministro nunca poderia ter utilizado uma golden share para vetar alguma coisa muito bom para uma empresa. Há aqui alguma coisa que dá razão às dúvidas que tive”, considerou.

### Ministro das Finanças tem declarações infelizes sobre a crise

A líder social-democrata considerou no fim do mês passado, que, ao admitir que a crise possa estar perto do fim, o ministro das Finanças impede o Governo de futuramente apontar a crise como justificação para a situação económica.

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, apontou na segunda-feira a melhoria dos indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores, considerando: “Isto quer dizer que estamos a ter os sinais de que estaremos, porventura, a chegar ao fim desta crise”.

Questionada sobre estas declarações, no final de uma reunião sobre segurança, em Lisboa, a presidente do PSD comentou: “O ministro das Finanças saberá em que se está a fundamentar, o que significa que está a perder o argumento caso os efeitos na economia portuguesa não se verificarem”.

De acordo com Manuela Ferreira Leite, o ministro das Finanças ajudou o PSD: “Se a situação económica, se o clima, afinal, está melhor, e os resultados continuam a ser negativos, então mais me ajuda a dizer e a confirmar que são as políticas totalmente erradas. Já não é o ambiente económico que está a conduzir a esses efeitos, é porque são as políticas que estão profundamente erradas”.

“Se eu continuar a ver que o desemprego não se reduz, então já não pode ser atribuído à crise, tem de ser atribuído a qualquer a outra coisa. Ao dizer isso, o

ministro das Finanças está, pelo menos, a perder o argumento, se os efeitos na economia não melhorarem, se os indicadores não forem melhores”, argumentou.

“Eu nunca faria tal afirmação, porque acho que as políticas que estão a ser seguidas estão a ter resultados negativos e, se estão, é porque estão erradas”, acrescentou.

### PSD recandidatará todos os Presidentes de Câmara das capitais de Distrito

A Comissão Política do PSD decidiu no último dia do mês passado, recandidatar todos os seus presidentes de câmaras de capitais de distritos, entre os quais os autarcas de Santarém, Francisco Moita Flores, Leiria, Isabel Damasceno, e Bragança, António Jorge Nunes.

Vão ainda recandidatar-se pelo PSD os presidentes das câmaras municipais de Aveiro, Élio Maia, de Coimbra, Carlos Encarnação, de Portalegre, Mata Cáceres, do Porto, Rui Rio, de Vila Real, Manuel Martins, e de Viseu, Fernando Ruas.

A decisão foi anunciada pelo vice-presidente social-democrata e coordenador da estrutura autárquica do PSD, Manuel Castro Almeida, em conferência de imprensa, na sede social-democrata.

Por outro lado, Castro Almeida confirmou as candidaturas já conhecidas do PSD às câmaras das nove capitais de distrito em que os sociais-democratas estão na oposição.

Pires dos Reis será o candidato do PSD à câmara de Beja, Ricardo Rio à de Braga, Manuel de Sousa Eusébio à câmara de Castelo Branco e António Dieb à câmara de Évora.

Em Faro, o PSD terá Macário Correia como candidato à câmara municipal, na Guarda, Crespo de Carvalho, em Lisboa, Pedro Santana Lopes, em Setúbal, Jorge Santana da Silva e em Viana do Castelo, António Carvalho Martins.

– Fontes: Lusa, Gab. Imp.PSD, TSF



# Debate sobre o Estado da Nação: «Sócrates no País das Maravilhas»

No debate do estado da Nação, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, acusou o primeiro-ministro, José Sócrates, de ter feito anúncios de investimentos e despesas de muitos milhões de euros que não pode cumprir.

Durante o debate Paulo Rangel acusou ainda o primeiro-ministro de ter omitido no seu discurso o desemprego, a dívida externa e o défice das contas públicas, que disse serem os “três principais problemas do país neste momento”.

“Quem ouviu o discurso do senhor primeiro-ministro só tem um título para lhe dar: «Sócrates no país das maravilhas». Não há outro título”, considerou o líder parlamentar do PSD.

No seu discurso, o primeiro-ministro tinha anunciado novos investimentos, tasi como 115 milhões de euros para a construção de equipamentos sociais, 20 milhões de euros para a modernização dos serviços de saúde e uma linha de crédito de 50 milhões de euros destinada às instituições privadas de solidariedade social (IPSS).

“A sua especialidade é fazer anúncios, mas não é cumpri-los. É natural que a dois meses de eleições venha aqui fazer anúncios de milhões e milhões quando toda a gente sabe que não os pode cumprir”, reagiu o líder parlamentar do PSD.

“Se o primeiro-ministro Guterres ficou conhecido como o primeiro-ministro do diálogo, o senhor primeiro-ministro actual vai ser conhecido como o primeiro-ministro dos anúncios, porque só faz anúncios que não cumpre”, acrescentou.

Na resposta, sem direito a réplica por parte do PSD, José Sócrates contestou que tenha feito um discurso irrealista e que tenha deixado “as contas públicas num estado pior do que aquele que encontrou”, como defendeu Paulo Rangel.

O líder parlamentar do PSD questionou o primeiro-ministro sobre o ponto em que estão o pagamento das dívidas do Estado às empresas, a execução dos fundos comunitários, pediu-lhe que dissesse se concordava “que os computadores Magalhães tenham sido adjudicados a uma empresa sem concurso público” e se aceita suspender a construção “da terceira auto-estrada Lisboa-Porto”.

José Sócrates apenas respondeu directamente a uma questão, à questão sobre o Magalhães, mas apenas dizendo que Paulo Rangel “não sabe nada do que está a falar”...

## Que se passa com a “negociata” do «Magalhães»?

Ainda no seu discurso, Rangel denunciou o negócio do computador Magalhães, afirmando que o Governo concebeu “um esquema ilegal” para dar o negócio do computador Magalhães à empresa JP Sá Couto e questionou o que mais se passará “na penumbra”.

No seu discurso o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel considerou que



“em qualquer país do nosso espaço civilizacional um escândalo como o da Fundação das Comunicações Móveis já teria dado origem à demissão do ministro”.

“Mas sabemos já, por experiência longa, que no Ministério das Obras Públicas tudo pode mudar de tempo ou de lugar, menos o ministro”, acrescentou.

O líder parlamentar do PSD sustentou que, “querendo fazer um ajuste directo à empresa que produziria o famoso computador Magalhães”, a JP Sá Couto, “o Governou ‘convidou’ as operadoras de telecomunicações a fazerem uma fundação privada”, a Fundação das Comunicações Móveis.

Segundo Paulo Rangel, essa fundação “é privada, mas recebe fundos públicos” e é o Estado quem “nomeia os seus administradores”, que “são assessores do ministro Mário Lino”.

“Como são empresas privadas não precisam de fazer qualquer concurso”, assinalou, acrescentando: “Trata-se de um escândalo, de uma fraude à lei, de uma fuga inaceitável à regra do concurso público. O Governo serve-se de um expediente, uma fundação fantasma, ficticiamente privada, para entregar a compra de todos os Magalhães à mesma empresa. Eis uma ilegalidade grosseira”.

“É caso para perguntar como pode o Governo, num dos eixos centrais e mais propagandeados da sua política, dar-se ao despudor de engendrar um esquema ilegal para fugir ao concurso público?”, questionou o líder parlamentar do PSD.

“Se um Governo não tem qualquer escrúpulo em fugir ao concurso público a propósito de um dos aspectos mais expostos e alardeados da sua política, o que fará naqueles que estão na penumbra

e que não conhecemos?”, interrogou, em seguida.

Mas o líder parlamentar do PSD, ainda acusaria “altos quadros” da Portugal Telecom (PT) de “comportamento promíscuo”, considerando “prejudicial para a democracia” uma alegada “aliança Granadeiro-PS-Governo”.

Na sua intervenção de fundo no debate do Estado da Nação, o líder parlamentar social-democrata recuperou o caso do alegado negócio entre a Portugal Telecom e a TVI, reiterando que o primeiro-ministro José Sócrates “tinha de saber”, apesar de sempre ter dito o contrário.

“Mas pior ainda é o comportamento politicamente promíscuo dos mais altos quadros da PT, que, na qualidade de administradores de empresas com supervisão do Estado, interferem activamente no debate político”, acusou ainda o líder parlamentar social-democrata.

Paulo Rangel desafiou o Governo a demarcar-se do que classificou de “promiscuidade político-corporativa-empresarial”.

“Ponhamos os nomes às coisas: a aliança Granadeiro-PS-Governo é prejudicial para a democracia e para a autonomia própria do sector empresarial”, concretizou.

Numa intervenção de mais de meia-hora - a última que faz enquanto deputado à Assembleia da República, antes de assumir o lugar de eurodeputado -, Paulo Rangel acusou o Governo de “falhar clamorosamente” ao longo da legislatura que termina.

“Falham a um ritmo e a uma intensidade que - é imperioso dizê-lo - tornam já penosa e altamente lesiva do país a sua subsistência em funções. É este o estado

da Nação”, criticou.

O líder do PSD questionou a continuidade em funções de vários membros do Governo, como o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, o ministro da Agricultura, Jaime Silva, e do ministro da Justiça, Alberto Costa, e considerou o desempenho destes governantes como sinais de degradação do estado da Nação.

“Um estado que se sente uma desagregação progressiva e fulminante, uma desorientação, um desnorte, uma situação de apodrecimento político que tem de ser denunciada e combatida. De facto há algo podre no reino da Dinamarca”, diagnosticou Paulo Rangel.

Retomando um ‘slogan’ da líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, o presidente da bancada social-democrata garantiu que o PSD funda a sua alternativa ao actual Governo “num contrato de verdade com os portugueses”.

“Verdade, justamente, o valor e o princípio que, desde a sua origem, faltou a este governo. Porque foi incapaz de uma política de verdade vai agora sujeitar-se ao exame inexorável da verdade d apolítica: a verdade da sua derrota”, disse. (Nota: Leia em “Parlamento” o texto completo do discurso de Paulo Rangel)

## Depois do Debate: o gesto de Manuel Pinho...

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, considerou hoje que a demissão do ministro da Economia, Manuel Pinho, “era a solução natural”, depois do gesto que este fez durante o debate do Estado da Nação.

Durante o debate do Estado da Nação, no Parlamento, Manuel Pinho fez



um gesto considerado insultuoso, encostando os dois dedos indicadores à cabeça, simulando chifres.

No final do debate, o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou que, na sequência desse incidente, Manuel Pinho tinha pedido a sua demissão e que esta fora aceite.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, o líder parlamentar do PSD considerou que a demissão do ministro da Economia se justificava “perfeitamente” depois do gesto que fez.

“Nós julgamos que esta era a solução natural. O PSD tinha dito que, para além das desculpas, era preciso haver consequências políticas. Fomos nós, justamente, os primeiros a pedir consequências políticas”, afirmou Paulo Rangel.

“Que, naturalmente, eram estas. Não nos competia a nós indicá-las, mas é óbvio que eram estas”, completou.

De acordo com o líder parlamentar do PSD, “não há dúvida de que isto também demonstra um grande desnorte do Governo” e de que “este acto é um acto-reflexo desta forma de crispação, de agastamento do senhor primeiro-ministro, dos ministros”.

“Isto é mais um episódio nesta onda de grande desnorte e desorientação do Governo”, que “revela, realmente, uma incapacidade total de lidar com a situação de crise em que estamos agora”, reforçou Paulo Rangel.

### PSD desafia PS a assumir as consequências da sua decisão de impedir duplas candidaturas

O PSD desafiou o PS a assumir as consequências da sua decisão de impedir duplas candidaturas a autarquias e à Assembleia da República, aplicando-a também a candidaturas paralelas ao Parlamento Europeu e a autarquias.

Em declarações à Lusa, o vice-presidente do PSD, Aguiar Branco, reagiu à orientação anunciada sexta-feira pelo PS de que os candidatos a presidentes de câmara não devem candidatar-se em simultâneo a deputados à Assembleia da República

“O PSD entende que esta posição do Partido Socialista revela uma forte desorientação, uma grave hipocrisia e um desesperado eleitoralismo”, afirmou Aguiar Branco.

“O PS navega ao sabor do vento eleitoral, porque, ou este critério não passa de um mero anúncio e por isso não tem consequências, ou tem que ter consequências”, sublinhou.

Na sua perspectiva, “das duas uma”: ou Ana Gomes e Elisa Ferreira renunciam no dia 14 de Julho às suas tomadas de posse como deputadas europeias e mantêm as candidaturas autárquicas, ou renunciam a estas e mantêm aquelas.

“Esta será a consequência prática daquilo que até a este momento não passa de um mero anúncio”, afirmou Aguiar Branco, sublinhando que “os portugueses têm de ser confrontados com essa realidade nas eleições autárquicas”.

Se isso não acontecer, acrescentou, “significa que estamos perante aquilo a que este governo nos habituou ao longo dos últimos quatro anos e meio, a actos que constituem anúncios e que depois, na prática, não se verificam”, ou seja, que “não são mais do que propaganda eleitoral e consequentemente não podem ser levados a sério”.

Em declarações aos jornalistas à margem do Fórum Novas Fronteiras, que decorreu em Lisboa, o novo porta-voz do PS, João Tiago Silveira, tinha considerado que a orientação, tomada sexta-feira entre o secretário-geral do PS, José Sócrates e os presidentes das federações socialistas, “eleva a qualidade da democracia”.

### Instrumentalização da RTP pelo Governo e o PS

O deputado social-democrata Agostinho Branquinho acusou a RTP de estar a ser instrumentalizada pelo Governo e pelo PS e de prosseguir há três anos uma “estratégia de silenciamento” do PSD nos seus noticiários.

Em conferência de imprensa, no dia 2, no Parlamento, Agostinho Branquinho confirmou que o PSD utilizou um direito de agendamento para impor a audição do director de informação da RTP, José Alberto Carvalho, na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

A audição de José Alberto Carvalho está marcada para hoje, às 10:00 horas, adiantou o deputado social-democrata.

Contactado pela Lusa, o director de informação da RTP, José Alberto Carvalho, afirmou que terá “o prazer de

elucidar pela terceira vez qual a posição da RTP em relação a esta matéria”.

José Alberto Carvalho explicou que não concorda “com os valores de referência fixados [pela Entidade Reguladora da Comunicação Social] para a avaliação do pluralismo político-partidário”.

Na conferência de imprensa no Parlamento, Agostinho Branquinho considerou que “há, de facto, uma estratégia de silenciamento por parte do serviço público de televisão, da RTP, das posições do PSD”.

“E é para sabermos o porquê desta estratégia de silenciamento, desta atitude verdadeiramente escandalosa do serviço público de televisão, que nós queremos ouvir o senhor director de informação da RTP”, justificou.

Agostinho Branquinho baseou a acusação feita à RTP nos relatórios da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sobre o pluralismo político-partidário no serviço público de televisão nos anos de 2006, 2007 e 2008.

“Em 2008, uma vez mais, de acordo com o relatório, houve uma sub-representação do PSD no serviço público de televisão”, apontou, dizendo que isso aconteceu também nos dois anos anteriores.

Segundo o deputado social-democrata, “há uma clara instrumentalização do serviço público de televisão por parte do Governo e do PS” e “uma estratégia de silenciamento do PSD”.

“A estratégia de condicionamento, de tentativa de controlo da comunicação social que este Governo tem seguido ao longo destes quatro anos e meio do exercício das suas funções, dá frutos, pelo menos do ponto de vista objectivo”, considerou, acrescentando: “Obviamente que esta estratégia de silenciamento cumpre demasiados objectivos”.

“O que está por detrás desta estratégia escandalosa de silenciamento do PSD é depois vender-se a ideia de que o PSD sobre as diferentes questões não tem posição. Esse mal nunca vai ser corrigido”,

alegou Agostinho Branquinho.

De acordo com o deputado social-democrata, o “quadro de referência” sobre o tempo que deve ser dedicado aos partidos e ao Governo no noticiário político do serviço público de televisão “foi consensualmente acordado entre partidos políticos com assento parlamentar, a ERC e a própria RTP” e “até hoje, pelo menos de uma forma pública e notória, ninguém pôs em causa estes valores agregados”.

“Governo e PS deveriam ter cerca de 50 por cento de presença, a oposição parlamentar 48 por cento e a oposição não parlamentar dois por cento” e o PSD, sozinho, deveria ter cerca de 28 por cento, referiu.

“Em 2008, o PCP/PEV teve 72 por cento mais do que os valores de referência. BE e CDS-PP tiveram cada um deles mais 55 por cento e o PSD menos 34 por cento do que os valores de referência. Ou seja, os números não enganam, são como o algodão”, observou.

Agostinho Branquinho disse que o PSD tem “inúmeros exemplos” de casos concretos de “silenciamento” por parte da RTP e “até de coisas mais sofisticadas: a presença de equipas da RTP em acções do PSD, que cobrem essas acções do PSD e depois nem um segundo sequer dessas acções é colocado no ar”.

O PSD vai apresentar “um pequeno filme introdutório” durante a audição de José Alberto Carvalho, acrescentou.

### Aguiar Branco considera a unificação das forças policiais

O vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar Branco anunciou que o seu partido vai analisar a hipótese de propor a unificação das forças policiais, depois de ter ouvido posições a favor dessa unificação.

Aguiar Branco falava aos jornalistas a meio de uma reunião do PSD com representantes de estruturas associativas e sindicais das forças policiais, da Ordem dos Advogados e do Ministério Público, em Lisboa.





Interrogado se o PSD vai ponderar essa hipótese, respondeu: “Se nos é colocada para nós ponderarmos e se estamos aqui numa lógica de boa fé, iremos analisar essa situação”.

“Não quero é agora assumir isso como um compromisso”, ressaltou Aguiar Branco, reafirmando que “isso será avaliado pelo partido”.

### Dualidade de critérios no processo de decisão quanto às grandes obras públicas

A reunião enquadra-se no Fórum Portugal de Verdade do PSD e tem como objectivo recolher contributos para o programa eleitoral social-democrata.

De acordo com Aguiar Branco, os participantes na reunião apontaram “o falhanço que ainda hoje existe no que diz respeito à coordenação entre as diversas forças de segurança” e a “deficiente partilha de informação”.

“É algo preocupante no que diz respeito ao combate à criminalidade, o que nos leva inclusivamente a equacionar questões que têm a ver com a própria unificação das forças policiais”, acrescentou.

Questionado pelos jornalistas se o PSD admite propor a unificação das forças policiais, Aguiar Branco respondeu que essa “foi uma matéria colocada na mesa como algo que o partido deveria pensar”, com o argumento de que “permitiria uma melhor racionalização dos meios, quer humanos, quer de equipamento”.

“Esse elemento de estudo também o partido tomará”, adiantou.

O PSD acusou o Governo de dualidade de critérios quanto ao prazo das decisões quanto à construção de grandes obras públicas e exigiu que todos os passos processuais sejam remetidos para depois das eleições legislativas.

Em declarações à agência Lusa, o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, tinha considerado “muito difícil” que o concurso para a construção do novo aeroporto de Lisboa fosse lançado antes das eleições legislativas, porque há “peças que era preciso estarem prontas e que ainda não estão”.

Mário Lino referiu que “ainda há diplomas para aprovar, designadamente as bases do contrato de concessão”, acrescentando, contudo, que o seu ministério está a trabalhar para lançar o concurso “o mais depressa possível”.

De acordo com o deputado do PSD Jorge Costa, trata-se de “uma decisão de adiamento para depois das eleições” do concurso para a construção e a concessão do novo aeroporto de Lisboa.

“Este é o ministro que dizia que ia

lançar o concurso este semestre. De repente descobre que não tem tempo para concluir o processo administrativo?”, questionou, em declarações à agência Lusa.

“Não me parece que seja essa a verdadeira razão. O Governo começa a perceber que o país não tem condições económicas para desenvolver este processo nesta altura”, sustentou.

Em nome do PSD, Jorge Costa considerou que o Governo tem “uma dualidade de critérios relativamente a esta matéria das obras públicas”, porque “no caso do aeroporto adia o processo para depois das eleições”, mas não o faz quanto à rede ferroviária de alta-velocidade (TGV) nem quanto às concessões rodoviárias, como exigem os sociais-democratas.

“No caso do TGV, adiou para 31 de Agosto o prazo para a entrega das propostas relativamente ao troço Lisboa-Poçoirão e quanto ao troço Poçoirão-Caia não tomou decisão nenhuma, limita-se a deixar que o processo avance. Isso pode levar a que o Estado incorra em encargos se houver depois uma suspensão do processo”, alegou o deputado do PSD.

“Este é um Governo errante relativamente a todas estas matérias das obras públicas”, concluiu Jorge Costa.

### Adão Silva considera que expropriações dão à EDP poderes “discricionários”

O deputado do PSD por Bragança Adão Silva considerou hoje que a alteração à lei das expropriações “dá à EDP um poder discricionário que pode prejudicar

milhares de proprietários de terrenos” na barragem do Baixo Sabor.

A Assembleia da República aprovou sexta-feira uma proposta do Governo de alteração à lei das expropriações para agilizar o processo da barragem do Baixo Sabor em construção no concelho de Torre de Moncorvo, no sul do Distrito de Bragança.

“A proposta pode dar à EDP demasiado poder e deixar numa posição frágil os milhares de proprietários de terrenos”, considerou o deputado social-democrata.

Adão Silva, que é também presidente da distrital de Bragança do PSD, realçou ter defendido sempre a construção da barragem e que a lei em causa é “devidamente importante”, porém entende que “o Governo pode ter dado excessivo poder discricionário à EDP”.

“Devia haver um mecanismo de ponderação que defendesse os proprietários para evitar que a EDP venha a prejudicar os cidadãos”, afirmou.

O parlamentar referiu que muitos deste proprietários são “gente em geral rústica, idosa, com pouco discernimento para burocracias”.

O PSD absteve-se na votação à proposta de lei do Governo aprovada, sexta-feira, na Assembleia da República, pela maioria socialista.

– Fontes: Lusa, Gab. Imp. GP/PSD

## Cartas e Mensagens ao PSD

### «Professores: a criação de um ambiente de cooperação surte sempre melhores resultados que um clima policial»

Escrevo-vos na condição de professor, de pai e de alguém mais próximo das ideias do PSD do que da prática política seguida pelos partidos e pelos políticos portugueses de há 20 anos a esta parte. Acho excelente a ideia de promover o contacto com os cidadãos e tenho esperança que o distanciamento dos políticos face aos portugueses possa ser minimizado com recurso a meios como este.

Adiante. Parece-me muito bem a preocupação da Dra Manuela Ferreira Leite de envolver os professores na Educação e no sistema de avaliação que deve ser implementado. Enquanto pai (os políticos esquecem-se demasiadas vezes que os professores são pais -também são pais!- que não colocam os filhos no ensino privado), exijo que os melhores sejam reconhecidos, que os menos bons de entre nós possam melhorar e que os maus se corrijam ou se retirem. Acima de tudo, é necessário ter presente que a criação de um ambiente de cooperação surte sempre melhores resultados que um clima policial. A divisão da classe em dois níveis é o caminho mais rápido para a impossibilidade de se estabelecer um verdadeiro trabalho de equipa. Deve ter-se sempre em atenção que a cooperação dos diferentes profissionais é mais importante para a Escola do que a fragmentação e a competitividade doentia e ‘bufa’.

Outro aspecto importante: é necessário que os jovens sem apetência pela Escola não se vejam confrontados com duas ‘saídas’ apenas: a) prejudicar os colegas a pretexto de uma inclusão meramente burocrática ou b) serem ‘cuspidos’ do sistema pelo facto de o ensino profissional ser uma farsa e pelo descaminho que os centros de formação profissional têm tomado por questões de política menos claras.

Para os jovens com Necessidades Educativas mais graves a situação também não é fácil tendo em atenção o esvaziamento a que as CERCI têm estado sujeitas.

«Last but not least», peço-vos encarecidamente que resistais à tentação de tudo

querer mudar. As boas reformas fazem-se aproveitando o que está bem, melhorando o que está “assim-assim” e criando onde há lacunas. Infelizmente, na Educação deste país não é isto que tem sido feito. - Francisco Palmeiro Nunes, professor do quadro de nomeação definitiva do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Aljustrel

### Sugestões para avaliação mais correctas dos alunos

Acabo de ler no ‘Público on line’ que uma das promessas eleitorais do PSD diz respeito à Educação. Como professora, para além dos aspectos que, segundo Manuela Ferreira Leite, vão ser objecto de reflexão séria, penso ser urgente rever o sistema de avaliação no Ensino Básico. A escala de 1 a 5 desresponsabiliza os alunos, dilui as diferenças gritantes entre muitos e desmotiva os melhores. Se concordamos ser absolutamente necessário promover a excelência e reconhecer/ premiar o mérito, acabemos com o falso sucesso que se esconde atrás de um 3, por exemplo, que coloca no mesmo patamar um aluno cuja prestação não ultrapassa os mínimos (um 10, na escala de 0 a 20) e um outro que está muito próximo do bom (com competências e desempenhos equivalentes a um 13, na mesma escala).

Vou agora para uma outra questão que reputo essencial para promover o sucesso na escola: o investimento no 1º Ciclo do EB.

Eu sou professora dos 3º Ciclo e Ensino Secundário e, no ano lectivo transacto, a experiência de leccionação a uma turma do 5º ano confirmou uma convicção de longos anos: os quatro primeiros anos de escolaridade condicionam todo o percurso escolar de um aluno. Quando uma criança é colocada no 5º ano quase sem saber ler nem escrever (o que acontece com uma frequência assustadora), o sistema perversamente está a condená-la a sucessivos insucessos e a coarctar a sua hipótese de ser um cidadão com capacidade crítica e interventiva. Esta falsa noção de sucesso acentua as disparidades sociais e culturais que os alunos levam para a sala de aula. É, por isso, urgente rever os ciclos de escolaridade (há especialistas que defendem um primeiro ciclo mais longo), a articulação entre eles, os programas, a formação de professores, sobretudo no 1º ciclo, e os critérios de avaliação nesse mesmo ciclo de ensino.

Peço desculpa pela extensão do texto, mas estou convicta de que uma sociedade que não cuida devidamente dos primeiros anos de escolaridade das suas crianças está a condená-las ao insucesso e a desbaratar um capital humano insubstituível. Obrigada! - P. F. (mensagem identificada)

O Estado da Nação

# Ponto alto do debate: A declaração de fundo de Paulo Rangel

Cumpra-nos hoje fazer uma avaliação do estado da Nação. E dá-se também o caso de ser esta a minha última intervenção na Assembleia da República.

Antes mesmo de iniciar o discurso de balanço do maior partido da oposição, peço-vos, pois, licença para uma nota pessoal sobre o Parlamento. Uma nota que é obviamente do estado da Nação, pois o estado da nação há-de medir-se também no estado do parlamento.

Queria declarar aqui, urbi et orbi, o imenso orgulho que tive em ser Deputado à Assembleia da República, em representar, ao vosso lado, os Portugueses, em servir o meu país.

Em Portugal, é usual criticar-se o Parlamento, desprezar-se os Deputados, amesquinhar-se a vida partidário-parlamentar. Vivemos numa cultura política e mediática de fascínio ou, ao menos, de obsessão pelo executivo. Pois, eu digo: tive e tenho imenso brio em ter servido como parlamentar, em ter convivido com tantos que defendem convictamente o que julgam ser os interesses dos portugueses.

Não quero, aliás, deixar de – correndo o risco de ser politicamente incorrecto e inconveniente – assinalar alguns Deputados de todas as bancadas que me marcaram pessoalmente. Faço-o sem que isso represente qualquer menoscabo ou desprimor para os restantes, mas apenas porque esses, em dado momento ou em dada altura me disseram algo mais e porque são, a meu ver, exemplo da qualidade e da excelência – que mesmo contra ventos e marés – conseguimos aqui reunir.

Saliento a inteligência e a irrepetível faculdade de aconselhar do presidente Jaime Gama.

No Bloco de Esquerda, lembro a cultura lúcida do Fernando Rosas, a interrogação certa mas suave do João Semedo, a bravura afável da Helena Pinto.

No Partido Comunista, evoco a sabedoria humana do José Soeiro, a lealdade e honestidade do Honório Novo, a inteligência impar do António Filipe.

No partido Socialista, recordo a centelha da independência da Maria de Belém, a sensatez e o bom senso da Ana Catarina Mendes, a inquietação social da Rosário Carneiro, a sensibilidade da Antónia Almeida Santos, o dinamismo optimista do José Junqueiro, a dignidade – que faz dele o melhor de todos nós –, a dignidade do Marques Júnior. Lembro também o Alberto Martins, a quem – posso testemunhá-lo pessoalmente (e em alguns casos só eu posso) –, a quem o interesse nacional muito deve.

No CDS, para lá da amizade de sempre com o Diogo Feio, evoco o sentido de justiça da Teresa Caeiro, a competência discreta – discreta de mais – do Nuno Magalhães, o desassombro do Nuno Melo.

E no meu Grupo, para lá da amizade que me liga a muitos e aqui simbolizo na pessoa do José Pedro Aguiar-Branco,

falo só dos Senadores para não ser demasiado injusto: o virtuosismo político do Presidente Mota Amaral, a experiência e a pedagogia do Guilherme Silva, a pertinência crítica do Correia de Jesus, a disponibilidade permanente do Ribeiro Cristóvão. E claro está, o apoio de toda a direcção, onde devo uma palavra especial ao Hugo Velosa, pelo trabalho incansável e desinteressado.

Com este breve percurso, quero apenas dar testemunho de que o Parlamento português tem grandes mulheres e grandes homens, dispostos a servir e a pôr o melhor de si em tudo o que fazem. Obrigado a todos.

\*

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-Ministro, Senhores Ministros e demais Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados: recomeço, pois:

Há momentos políticos em que tudo se clarifica, em que a verdade vem à superfície, em que o povo fala e faz luz sobre as grandes incógnitas e os grandes desígnios. O momento que vivemos hoje (e, em particular, as últimas três semanas da governação) vem precisamente a ser um desses “momentos-chave” em que aquilo que era obscuro se tornou claro e aquilo que era opaco se tornou nítido. Ao fim de quatro anos e meio, é agora evidente que o Partido Socialista, o seu Governo e o seu Primeiro-Ministro falharam, falharam rotundamente. Mais: continuam a falhar e falham todos dias. Falham a um ritmo e a uma intensidade que – é imperioso dizê-lo – tornam já penosa e altamente lesiva do país a sua subsistência em funções. É este o estado da Nação.

## O adiamento do TGV e outras “pirâmides de Gizé”

Primeiro, foi mais uma contradição:



o adiamento do TGV – que até aí era o alfa e o ómega da modernização do país e da superação da crise –, mas que, num ápice, foi engolido pelo novo argumento do escrúpulo democrático.

Argumento que a presidente do PSD há muito usava, mas que o Primeiro-Ministro simplesmente recusava e que, depois, sem despudor e sem reconhecer a razão do PSD, veio a usar.

Em suma, o que era a prioridade das prioridades do Ministro Mário Lino converteu-se, pela boca do Primeiro-Ministro, em mais um dos já proverbiais anúncios do PS.

Cuidado, todavia, com as aparências, já que o Governo é fértil em querer parecer e aparentar: o anúncio do adiamento do TGV, é ele mesmo, equívoco, pois ninguém sabe que indemnizações podem estar prometidas e comprometidas no caso de haver reversão da decisão. Mas como o Governo nunca se preocupa com a factura que deixa aos vindouros, também não se estranha o silêncio do Governo sobre esta questão. Não se estranha, mas naturalmente repudia-se e denuncia-se.

Ficámos, entretanto, há dois dias, a saber, que o mesmo argumento do escrúpulo democrático também vale para o aeroporto, que foi, muito convenientemente, adiado pelo Ministro que mais se desmente e foi desmentido neste Governo: o Ministro Mário Lino.

Num Governo que se distinguiu – na tradição “populista-propagandista” dos executivos Guterres – por se deixar guiar pelas sondagens, é já patente que o oportunismo e a conveniência da resposta às sondagens que mostram a opinião dos portugueses sobre a valia e a oportunidade dos grandes investimentos públicos. Como os portugueses, já muito castigados pelos desvarios dos executivos de Guterres, estão largamente contra as obras faraónicas e os mega-projectos, há

que simular nas vésperas das eleições que afinal esses investimentos podem não ser feitos. Mas desengane-se Senhor Primeiro-Ministro: os portugueses acabam de mostrar que não se deixam enganar pela demagogia.

Actualmente o argumento democrático já só não vale – vá lá saber-se porquê – para a mais inacreditável obra dos longos onze anos de governos socialistas: a terceira auto-estrada Lisboa-Porto, a auto-estrada cor-de-rosa.

Como é possível um país com os problemas de Portugal, com a densidade de auto-estradas existente, com a desigualdade gritante entre o litoral e o interior, construir na faixa litoral do país a terceira auto-estrada paralela, a ponto de, em certos troços, os três corredores distarem apenas 3 a 4 quilómetros entre si?

Mas também aqui lutaremos até ao fim em nome da sensatez e do bom senso, em nome dos direitos das gerações futuras, em nome do combate ao desperdício e ao esbanjamento: haveremos de conseguir travar a auto-estrada cor-de-rosa. O Governo que, ainda que pelas más razões, cedeu no TGV e no aeroporto também há-de ceder na auto-estrada rosa. Uma coisa é certa: nós não nos calaremos e não deixaremos que, desta feita, impere a política do facto consumado!

## A “Golden Share”

Mas como se isto não bastasse, veio ainda o caso do estranho negócio da golden share PT-TVI. Primeiro, embora houvesse negócio, o Primeiro-Ministro, com honras de jura parlamentar, não sabia de nada nem – dizia ele – tinha que saber.

Depois, foram as juras públicas e feitas à medida dos mais altos quadros da PT, para quem nem havia negócio, nem havia conhecimento por parte do Primeiro-Ministro.

Depois ainda, foi o Primeiro-Ministro que – segundo o próprio, não sabia de nada nem tinha de saber – resolveu proibir o negócio, o tal de que não tinha conhecimento nem supostamente tinha de ter.

Tudo isto, note-se, numa “flash interview” à saída do Parlamento, com a informalidade própria de quem sente a urgência em desembaraçar-se de um impecilho.

Coisa que fez, a acreditar nas suas próprias palavras pelos maus motivos, mas infelizmente os motivos de sempre: a sua imagem pessoal, a sua inusitada tomada de posição individual sobre a linha editorial de órgãos de comunicação social.

Mas pior ainda – e a merecer denúncia séria e grave neste Parlamento – é o comportamento politicamente promíscuo dos mais altos quadros da PT, que, na qualidade de administradores de empresas com supervisão do Estado, interferem



activamente no debate político.

Dantes eram os políticos que se convertiam em administradores empresariais, agora são os administradores empresariais que se querem substituir aos políticos.

Não se trata de coisa inédita neste consulado do PS: já a vimos na pré-campanha das europeias, quando o presidente da AICEP, entrou no debate político para atacar despropositadamente o cabeça-de-lista do PSD, que levou ao episódio célebre e caricato – bem posso dizê-lo – da papa maizena.

Que fique claro para todos e de uma vez por todas: cada um é responsável por si, mas, em democracia, é pouco salutar que quadros empresariais submetidos a tutela, mais forte ou mais ténue, do Estado, entrem na liça política.

Se querem fazer política profissional, que se assumam como políticos e que se sujeitem a esse estatuto.

Sabemos bem que o fazem em socorro desesperado do Governo.

Mas mal anda um Governo que já não se basta a si próprio, para quem já não chega o partido e precisa da bengala ou da muleta corporativa dos administradores de empresas para fazer luta política.

Ponhamos os nomes às coisas: a aliança Granadeiro-PS-Governo é prejudicial para a democracia e para a autonomia própria do sector empresarial e, em particular, para a autonomia estratégica da PT.

E, por isso, temos de perguntar, não podemos deixar de perguntar: agora já vale tudo?

Vai ou não o Governo ou o PS demarcar-se desse tipo de promiscuidade político-corporativa-empresarial?

### A desorientação não fica por aqui...

Mas a desorientação não se fica por aqui.

O Primeiro-Ministro desmente em pleno Parlamento o Ministro da Agricultura acerca do afastamento de mais um arguido no caso Freeport e nada sucede.

Ouvidas as declarações do Ministro – o pior Ministro da Agricultura de todos os tempos – e ouvida a resposta do Primeiro-Ministro, é indesmentível que alguém está a mentir. Isto ocorre, na praça pública, a portas escancaradas e não acontece nada? Como pode o Ministro da Agricultura estar em funções quando pôs em xeque o Primeiro-Ministro? Que credibilidade merece um Governo que cai nesta contradição e a assume e digere com naturalidade, como se nada se passasse?

E como explicar que o Primeiro-Ministro ache recomendável o afastamento do arquitecto Carlos Guerra e continue sem nada fazer quanto ao caso Lopes da Mota?

Sim, porque nós não nos esquecemos do caso Lopes da Mota. Um caso em que alguém reconhece que usou indevidamente o nome do Ministro da Justiça e do Primeiro-Ministro e em que estes, com o seu silêncio, parecem anuir ou aceitar esse uso.

Não está já em causa se houve ou não pressões. Está em causa que alguém utiliza abusivamente o nome do chefe do Governo e do Ministro da área respectiva

e estes não reagem. Não vale a pena dizer que o Governo não tem competência: é sabido que é ele que nomeia e que é ele que exonera o representante nacional no Eurojust.

E se dúvidas houvesse, aí estão declarações recentes do Procurador-Geral da República a endossar a responsabilidade ao Governo.

Tal como nas obras públicas, há dois pesos e duas medidas. Adia-se o TGV, mas mantém-se a terceira via Lisboa-Porto. Afasta-se Carlos Guerra, mas conserva-se Lopes da Mota.

Eis um Governo sem princípios, sem critérios, sem orientação: governa-se ao sabor dos ventos e das conveniências.

### O escândalo da Fundação das Comunicações Móveis, uma fraude à lei

O cúmulo chega, porém, com o escândalo – devemos dizer escândalo, porque é de um escândalo que se trata – da Fundação das Comunicações Móveis.

O Governo português urdiu e preparou um estratagema organizatório para se subtrair à obrigação de lançar um concurso público.

A história conta-se em poucas palavras: querendo fazer um ajuste directo a

subsidiar e financiar qualquer pessoa colectiva ou qualquer pessoa singular.

Uma fundação privada que subsidia e financia projectos do Estado com dinheiro do Estado, claro está. Uma fundação privada que pode subsidiar e financiar qualquer pessoa singular e colectiva, com dinheiros públicos, claro está.

Pois bem. Como o Estado, para adjudicar o computador Magalhães precisava de organizar um concurso público, lançou mão da fundação privada para fugir a essa obrigação.

Assim, quem compra os computadores Magalhães são as operadoras – sempre à mesma empresa, indicada obrigatoriamente pelo Estado. Como são empresas privadas não precisam de fazer qualquer concurso.

Depois, mais tarde – e parece que tarde e a más horas –, a fundação (que é privada, mas usa dinheiros públicos) há-de pagar-lhes os computadores que, de um modo supostamente livre, elas decidiram comprar.

Trata-se de um escândalo, de uma fraude à lei, de uma fuga inaceitável à regra do concurso público.

O Governo serve-se de um expediente – uma fundação fantasma, ficticiamente privada para entregar a compra de todos os computadores Magalhães à mesma empresa.



empresa que produziria o famoso computador Magalhães, o Governo “convidou” as operadoras de telecomunicações a fazerem uma fundação privada.

As empresas de telecomunicações fizeram as três a fundação privada, que é privada, mas funciona no Ministério das Obras Públicas.

É privada mas recebe fundos públicos, designadamente da ANACOM.

É privada mas o Estado nomeia os seus administradores.

É privada mas os administradores são assessores do Ministro Mário Lino.

É privada mas tem como finalidade estatutária financiar e subsidiar projectos do Estado.

A que acresce a possibilidade irrestrita, também prevista nos estatutos, de

plar que é Hugo Chávez.

Sabendo tudo isto, é caso para perguntar: como pode o Governo, num dos eixos centrais e mais propagandeados da sua política, dar-se ao despudor de engendrar um esquema ilegal para fugir ao concurso público?

Se um Governo não tem qualquer escrúpulo em fugir ao concurso público, a propósito de um dos aspectos mais expostos e alardeados da sua política, o que fará naqueles que estão na penumbra e que não conhecemos?

Em qualquer país do nosso espaço civilizacional, um escândalo como o da Fundação das Comunicações Móveis já teria dado origem à demissão do Ministro.

Mas sabemos já, por experiência longa, que, no Ministério das Obras Públicas, tudo pode mudar de tempo ou de lugar, menos o Ministro.

É bem caso para dizer que, em tal Ministério, a demissão do Ministro é único assunto ao qual se pode aplicar com propriedade a tristemente célebre expressão “Jamais”!

### A conflituosidade social, latente e activa...

É este o estado da Nação. O adiamento do TGV e do aeroporto, nos termos oportunistas e eleitoralistas em que é feito, constitui um mero sintoma. A contradição com o Ministro da Agricultura é mais um sinal; a queda de Carlos Guerra e a manutenção de Lopes da Mota é outro sintoma. A trapalhada da operação PT/TVI e a chamada a rebate dos mais altos quadros da PT para virem defender o Governo tem já foros de doença. A história tortuosa da Fundação e da fuga ao concurso público no caso dos Magalhães está no perigoso patamar da epidemia. Mas tudo isto são sinais do estado em que o Governo deixa o país. Um estado que se sente uma desagregação progressiva e fulminante, uma desorientação, um desnorte, uma situação de apodrecimento político que tem de ser denunciada e combatida. De facto, há algo de podre no reino da Dinamarca.

Mas não basta olhar aos sintomas, aos sinais visíveis da degradação da autoridade do Estado, da total falta de convicção política, da entrega gratuita e volúvel aos manuais de marketing e propaganda.

É preciso ir às causas. Elas são várias. Estes quatro anos e meio que desembocaram nesta crise de sentido institucional e nesta situação de degradação da situação política

assentam essencialmente num divórcio entre as proclamações do Governo e a realidade das suas intenções e, claro está, a realidade dos factos.

Primeiro, o Governo apresentou-se sempre como o campeão da concertação social. Invocava sistematicamente, pela voz do Primeiro-Ministro e do Ministro do Trabalho, a concertação social para legitimar as suas políticas. E, no entanto, o Governo foi o maior fomentador activo da crispação e do conflito social.

Ao adoptar como estratégia política assumida o combate, sem quartel, às classes profissionais, procurando “quebrar-lhes a espinha” – para usar uma



Parlamento

expressão, justa ou injustamente, atribuída ao Primeiro-Ministro – procurando “quebrar-lhes a espinha”, dizia, para depois mais docemente as dominar, o Governo criou o maior foco de instabilidade e de conflitualidade social de que há memória no 25 de Abril.

O caso mais gritante é o dos professores – profissão absolutamente essencial ao sucesso da educação em Portugal – e que foi simplesmente humilhada e desconsiderada, a ponto de não haver, de há muito, qualquer possibilidade de diálogo entre essa classe profissional e o Ministério da Educação.

Mas o mesmo foi feito com os magistrados, a propósito das férias judiciais e de outras medidas. Foi feita uma perseguição sem quartel aos notários, que prossegue até a extinção da profissão. Foi diabolizada a função pública. Foram desprezados e ostracizados os agricultores. Foram inúmeras as sequelas com os enfermeiros e o sector da saúde em geral. Foram gravíssimos os conflitos com as forças de segurança e com os militares, tendo como episódio mais grave – e altamente revelador – a rebelião dos bonés.

E tudo isto, não em nome de legítimas e até salutares divergências entre o Governo e as classes profissionais. Mas em nome de uma tentativa de pôr em causa a probidade profissional e a dignidade própria dessas classes, explorando os mais mesquinhos instintos de ressentimento e inveja social.

Pois bem, fica a pergunta: de que adianta pregar a concertação social, julgando que ela é uma simples ronda de conversações em volta de uma mesa, se, na prática diária, se demonizam e se diabolizam as profissões perante a opinião pública? Será, isto, concertação? Não será antes crispação social?

### A Educação: medidas avulsas; e essencial, na mesma...

Este Governo prometeu a reforma da educação – e continua a papaguear, em cada oportunidade e com um despropositado brio, um conjunto avulso de medidas. O balanço sério e real é, todavia, outro. O Governo não mexeu nas duas questões centrais do sistema educativo: a exigência e a autoridade nas escolas.

Ao contrário, promoveu o facilitismo em todas as frentes, como ainda recentemente se viu na saga dos exames nacionais. E a autoridade na escola, degradou-se a olhos vistos. Nenhuma medida, nenhum projecto foi adoptado nestas duas áreas. Apenas trabalho para inflacionar as estatísticas, para mistificar os resultados, o que ficou bem documentado no relatório que o Primeiro-Ministro quis dizer, mesmo aqui na Assembleia, que era da OCDE, quando não passa de um estudo encomendado.

A escola portuguesa é hoje pior – bem pior – do que era em 2005. Está numa situação de guerra civil latente; é, pelo seu facilitismo, um indutor/reprodutor das desigualdades sociais; não cumpre sequer sofrivelmente nenhuma das suas funções.

### Política Europeia

O Governo individualizou – e bem – a política europeia como uma prioridade. Se no domínio estritamente europeu as coisas não correram mal,

a verdade é que as políticas europeias em Portugal fracassaram por completo.

Por um lado, em matéria de fundos comunitários. Toda a estruturação do QREN representa um factor de inércia e de paralisação na utilização racional e adequada dos fundos. Estão aí a demonstrá-lo a baixíssima taxa de execução do

QREN, com efeitos devastadores para as nossas autarquias e para nossa capacidade de resistência à crise. A incompetência e os atrasos – basicamente da responsabilidade do Ministro do Ambiente, justamente denominado como ministro inexistente – são colossais. Com uma experiência de três quadros de apoio – e o melhor é nem falar do desastre que foi e tem sido o encerramento do terceiro quadro –, como foi possível desenhar tão manhosamente e tão burocraticamente o QREN.

Por outro lado, a política agrícola é desastrosa; e a de pescas, inexistente. Esta equipa ministerial promoveu activamente a destruição da agricultura portuguesa até ao limite da sua exterminação. São vultuosos os fundos devolvidos a Bruxelas, prova da suma incompetência do Ministro. Nunca os agricultores portugueses sofreram tanto na pele as consequências de uma política errada.

### Situação Económica e Financeira

Pior que tudo: só a situação económica e financeira do país que nos empurra, a passos largos, para o empobrecimento e para a atrofia galopante das classes médias.

O desemprego está altíssimo, atingindo cifras inimagináveis. O “sub-emprego” alastra, muitos emigrantes foram obrigados a regressar, muitos portugueses estão agora, contra tudo e contra todos, a tentar emigrar. Entretanto, as famílias, com ou sem emprego, estão superiormente endividadas, os impostos pesam desmesuradamente, o poder de compra decresce a olhos vistos.

A grande maioria das pequenas e médias empresas asfixia e sufoca, as falências não param de aumentar, os processos de insolvência crescem diariamente, as “deslocalizações” multiplicam-se, os despedimentos colectivos sucedem-se. O Governo continua sem pagar as dívidas às empresas e as linhas de crédito foram canalizadas para a substituição de créditos antigos não injectando dinheiro fresco.

Nenhum dos indicadores oficiais e credíveis do desemprego, do crescimento económico, das contas públicas, da situação social da pobreza melhorou – pioraram até – depois destes quatro anos e meio de maioria absoluta socialista.

A grave crise social e económica, traduzida no desemprego, no agravamento da situação dos pensionistas e numa reforma da segurança social que, já se viu, vai ser altamente penalizante, não dá nenhum sinal de inversão ou reversão. Não há motivos para alento.

Só o Ministro Teixeira dos Santos encontra razões para decretar o fim da crise, imitando a celebrizada fórmula do Ministro Manuel Pinho.

Mas, Senhoras e Senhores Deputados, quando até já o Ministro Teixeira dos Santos reproduz o Ministro Manuel Pinho, está tudo dito quanto ao desnorte e à desorientação em que se encontra o Governo.

E já que estamos no âmago da matéria económica e financeira, não podemos deixar passar em claro o endividamento externo, em crescimento vertiginoso.

Perante a passividade, a omissão e

o silêncio do Governo, é bem caso para perguntar: quem olha pela dívida externa?

Num quadro de abandono da poupança não resta alternativa ao financiamento bancário e ao consequente endividamento externo. Endividamento que, quanto mais aumenta, mais difícil é de obter e mais caro se torna. Os bancos transferem esse custo cada vez mais alto do financiamento externo para os seus clientes.

O que agrava substancialmente as dificuldades crescentes das famílias e das empresas em obter crédito ou em pagar taxas de juro cada vez mais elevadas.

Todos os portugueses o sabem quando, mês a mês, sentem o custo do seu spread, o qual acaba por ser o resultado directo do crescente endividamento do País no exterior.

É incompreensível a desvalorização que o Governo faz dos números alarmantes do endividamento. Trata-se de uma irresponsabilidade enorme, que as gerações futuras irão pagar com couro e cabelo. Esta política de endividamento – agravada pela teimosia em promover os mega-projectos de obras públicas – é o maior golpe que se pode dar à juventude portuguesa.

O resto da história todos conhecem. Foram os ziguezagues da reforma da saúde. Foi a inércia da reforma da administração pública, que é hoje, pura e simplesmente, uma não reforma. Foi o mais completo insucesso na reforma da justiça, marcado pelo voluntarismo mítico-mágico do Primeiro-Ministro que quis pôr em vigor um Código Penal e de Processo Penal em quinze dias; e marcado pela instrumentalização do mapa judiciário, que levou o PSD, muito legitimamente, à ruptura do pacto. Foi a apatia generalizada no sector da segurança interna, com a caricata aprovação tardia da lei das armas e onde os dados são, cada dia, mais preocupantes. Eis um Ministro cuja remodelação se impôs, mas para a qual, mais uma vez, faltou coragem ao Primeiro-Ministro.

\*

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-Ministro, Senhores Ministros e demais Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados:

O PSD exerceu e exerce conscientemente a oposição.

Exerce-a sem tibiezas nem complexos: criticando, propondo alternativas, aceitando debater e rever, se disso for caso, os seus pontos de vista.

Mas fa-lo-á, sempre e só, com base na verdade da relação com os portugueses, na transparência da informação e na fiabilidade dos números.

Muitos falam em optimismo, em confiança, em esperança. Mas o ciclo virtuoso do optimismo, da esperança, da confiança no país e nos seus governantes só pode advir de um valor: o valor da verdade, o valor da autenticidade. Eis o pilar político em que se funda a formação da alternativa do PSD: um contrato de verdade com os portugueses.

Verdade, justamente, o valor e o princípio que, desde a sua origem, faltou a este governo. Porque foi incapaz de uma política de verdade, vai agora sujeitar-se ao exame inexorável da verdade da política. - Fonte: GP/PSD





# Rasgar!

J. Pacheco Pereira (\*)

Há tanta coisa que é preciso “rasgar” na política portuguesa que os exemplos não faltam. Aqui vão algumas sugestões de coisas que é preciso “rasgar” no futuro imediato, quer nas políticas actuais do PS, quer nas políticas passadas do PSD:

- “É preciso “rasgar” a crescente promiscuidade entre o Estado, por via do governo, e os “grandes negócios”, uma tendência que cresceu exponencialmente com o último governo e que atingiu um paroxismo com a situação da crise. Esta tendência é especialmente perversa, abrindo caminho não só a uma indevida influência do governo e do partido do governo, como a uma cada vez maior tendência para fugir às regras de transparência da administração pública, e ao escrutínio parlamentar. É igualmente uma receita garantida para o aumento da corrupção. Esta promiscuidade enfraquece a independência da economia privada e fere a autonomia já de si frágil da sociedade civil.

- É preciso “rasgar” o poder crescente dos muitos aprendizes de feiticeiro que gravitam à volta dos gabinetes governamentais, estabelecendo “pontes” pouco conhecidas e escrutinadas quer no mundo dos negócios quer no mundo da “influência” política. A política deve voltar a ter faces conhecidas e que respondam pelo que fazem, o que significava caminhar-mos na tradição de alguns países em que os decisores políticos vêm do parlamento e dos órgãos dos partidos. É aí que deve haver um esforço de qualificação e não favorecer o crescimento de uma espécie de segunda linha (na realidade a primeira) que existe entre os assessores, empresas de comunicação, os altos quadros das empresas, escritórios de advogados e muitos “intermediários” com acesso fácil à governação.

- É preciso “rasgar” a interferência do Estado, por via do governo, na comunicação social, quer dando verdadeira independência a qualquer instância reguladora, quer diminuindo a tutela do Estado de órgãos de comunicação social. Tal não é possível sem a privatização da RTP e da RDP, em todas as suas componentes de órgão de informação, mantendo-se apenas um “serviço público mínimo”, quer de carácter cultural e patrimonial, quer no âmbito de emissões que correspondem a objectivos estratégicos do Estado português, como seja a manutenção de uma área de influência lusófona nos PALOP, ou de integração e ligação nacional das comunidades emigrantes. Também nestes casos os objectivos deste “serviço público mínimo” podem ser contrariados às estações privadas ou a entidades que se constituam para o garantir. Sem completa independência dos órgãos de comunicação social de qualquer forma de tutela directa ou indirecta (como aquela que permite a golden share em empresas como a PT).

- É preciso “rasgar” o programa de entrega de computadores “Magalhães”. A medida de “um computador por cada criança” é desadequada à idade dos que os recebem, pedagogicamente inútil, mal preparada e com contornos ainda por esclarecer. Para salvar o que ainda pode ser salvo, devia-se favorecer tudo o que seja transformar os “Magalhães” já distribuídos numa consola de jogos, com algum componente pedagógico, que isso sim é adequado à idade, e fazer esforços para um programa “um adolescente - um computador”, um objectivo muito mais significativo e mais útil. Não são as crianças que devem ter um computador individual, mas sim os adolescentes e para cima na idade. Para isso é preciso favore-



cer o acesso à compra de computadores, visto que a “unicidade” do programa “Magalhães” não pode nem deve ser mantida num mercado aberto. Outras medidas que levem ao embaratecimento do acesso à banda larga são muito mais importantes do que o objectivo errado do “Magalhães”, próprio de um país do Terceiro Mundo em que as crianças não têm acesso a computadores nem em casa, nem na escola, por regra.

- É preciso “rasgar” a tendência mais recente das Novas Oportunidades de “trabalhar para as estatísticas” e reconduzir o programa para um esforço sério de qualificação das pessoas nos diferentes graus de ensino e aprendizagem. O programa tem méritos, mas tem sido abastardado pela crescente intervenção política do Governo no sentido de fazer incorporar dezenas de milhares de pessoas em pequenos períodos de tempo, de forma quase administrativa, concedendo depois os diplomas, em particular os de nível mais elevado como os do 12.º ano, sem garantir a qualidade da formação. O programa que se destinava a aumentar o nível de qualificação dos portugueses, a continuar assim, terá um impacto muito menor do que o que pressupõem os seus

elevados custos, podendo vir a repetir o desperdício do Fundo Social Europeu.

- É preciso “rasgar” o desleixo com a segurança que se desenvolveu neste último Governo numa combinação de leis penais laxistas, com uma desvalorização dos corpos policiais e sua deslegitimação junto dos portugueses. Tal só se passará no momento em que o Governo tenha, quer na área da administração interna, quer em geral, uma cultura de segurança. Esta implica que se compreenda o que significa, para a sociedade, a crise de segurança e, para os corpos de segurança, a solidariedade com o risco.

- É necessário despolitizar de imediato os serviços de informação, em particular os serviços civis, proceder a uma reavaliação de fundo da sua qualidade e produção e estabelecer uma firewall mais eficaz entre o Governo e os serviços, evitando que mecanismos de dependência funcional se politizem, e garantir que se diminua a excessiva centralização do poder de decisão à volta do gabinete do primeiro-ministro.

- É necessário “rasgar” de forma muito acentuada a subsídio-dependência na área da cultura, remetendo quer para as autarquias a “animação cultural”, quer para ministérios próprios (Economia, Comércio e em particular Educação) o financiamento de actividades de “indústria cultural”, ou de “formação cultural”. Os recursos aí libertados devem ser canalizados para uma política cultural essencialmente patrimonial, destinada a salvaguardar o nosso património, a que apenas chega uma parte muito reduzida dos escassos recursos da cultura.

Estes são apenas alguns exemplos. Há muitos mais.

- (\*) Professor Universitário, escritor, comentarista

# O Toque de Midas

Rafael Barbosa (\*)

Há cerca de 15 deputados do PS que se candidatam a autarquias. Fica-se com a suspeita que, se fosse hoje, o PS teria dificuldades em arranjar candidatos para algumas delas

Parece o Toque de Midas, mas de pernas para o ar. Tudo o que o PS toca se transforma numa coisa má. Que melhor exemplo que a recente decisão de impedir as candidaturas duplas às eleições legislativas e autárquicas? Uma decisão sensata, que permitiria aumentar a transparência e ajudaria a combater a ideia de que os políticos estão apenas interessados em garantir um tacho. Só que entretanto houve eleições europeias e com elas a derrota. E o que antes seria interpretado como uma decisão sensata, é agora visto como uma decisão hipócrita. Uma tentativa desesperada de ficar um pouco melhor na



fotografia, de reconquistar algum respeito entre os eleitores.

Os adversários, por exemplo o PSD, rejubilam com este novo material e já sugerem que Ana Gomes (Sintra) e Elisa Ferreira (Porto) sejam obrigadas a

fazer a escolha: ou ficam no Parlamento Europeu e deixam o PS sem candidatos àquelas autarquias, ou mantêm-se na corrida autárquica e abandonam o cargo e as mordomias de eurodeputado. Do mal o menos, porque da oposição se espera

que tire partido das fragilidades do PS. O problema é que também do interior do partido chegam várias e sonoras críticas a decisão tão precipitada.

Há pelo menos 15 deputados do PS que se candidatam à presidência de outras tantas autarquias. E alguns deles não estão nada satisfeitos com este empurrão para a exclusividade ou, para usar expressão já ouvida, com mudanças de regras quando o jogo já está lançado. E percebe-se porquê. A vitória em boa parte dessas autarquias é improvável, sendo que agora não há o tacho da Assembleia da República. Fica-se com a fundada suspeita de que, se fosse hoje, o PS teria alguma dificuldade em arranjar candidatos para algumas câmaras. - (\*) Editoralista, 7-7-09, JN©



# Serenidade...

Alberto João Jardim(\*)

Perante a situação a que Portugal chegou, se os próximos meses que antecedem as eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais forem vividos num clima de radicalismo, então os Portugueses que se preparem para pior ainda.

Na minha opinião, acho que, agora, o que se impõe é muita SERENIDADE.

Porque temos de nos concentrar a trabalhar.

Porque temos de travar a tendência para os extremismos políticos totalitários que ameaçam a Democracia portuguesa.

Porque o momento é de reflexão.

Se ao contrário de trabalhar ainda mais, face às dificuldades do momento presente, o Povo se deixar envolver por uma onda de discursos radicais, ou mesmo de agitação de rua, teremos mais recessão económica e mais desemprego.

Um eleições não são um "ajuste de contas".

São colocar opções credíveis ao Povo soberano, para Este, em consciência, decidir as mudanças que se impõem, tendo em vista um necessário ressurgimento nacional, sempre em regime democrático.

Trata-se mesmo de pensar o próprio sistema político-constitucional vigente, de forma a que destas eleições saiam as transformações que se impõem para o próprio regime democrático se tornar eficiente e sólido no futuro.

Tenho dito que o problema português não é apenas financeiro e económico.

É mais profundo.

Sem mudanças drásticas na estrutura da Justiça, no sistema educativo, na legislação que conduza à imparcialidade da comunicação social, bem como no aparelho de Segurança em termos de garantir, sem quaisquer dúvidas, a defesa da disciplina democrática, é ridículo alguém pensar ser possível qualquer modificação, para melhor, da conjuntura financeira e económica de Portugal.

Não querer ver isto, ou é ignorância, ou é covardia ante certos "poderes de facto" indevidamente estabelecidos na vida portuguesa, ou é anti-ética "caça ao voto" junto de motivações corporativas ilegítimas.

O sistema político português feneceu, porque após Sá Carneiro instalou-se um comodismo político-partidário, vivido no facilitismo dos remendos incapazes de enfrentar a sério qualquer problema de fundo.

De facto, a forma como o Governo socialista olhou para os sectores em causa, não pode ser acusada de "corporativa", mas sim de DESASTRADA, INCOMPETENTE.

Em vez de ir ao fundo das questões, de modificar a estrutura da Justiça, de mudar o sistema educativo, a começar pelos programas e pelo funcionamento dos estabelecimentos de ensino, em vez de estabelecer condições para uma comunicação social não sectária, nem controlada por "interesses poderosos", em vez de



rever o estatuto das Forças de Segurança e As garantir imparcialmente ao serviço da Democracia, os socialistas preferiram atacar os Magistrados e os Professores, para arranjar "culpados", tentaram calar ou intervir na comunicação social que lhe não era dócil, bem como revelaram um total descontrolo quanto à necessidade democrática de despolitizar o aparelho de Segurança, incluso desrespeitando os respectivos Agentes.

Quando nunca devia ter sido assim.

Não há que fazer "guerra" a sectores profissionais, respeitáveis no seu todo institucional.

Não há que procurar transferir culpas, que evidentemente são do Governo da República, para pessoas que estão obrigadas a funcionar num determinado quadro legal que se revela inequívoca-

mente incapaz.

O que é necessário fazer, é modificar os quadros legais em que se movem tais sectores, reformando o sistema democrático, de alto a baixo, para consolidá-lo.

E só depois das modificações de fundo, e em resultado destas, coerentemente estabelecer, em consequência, os respectivos estatutos profissionais.

Portanto, nova legislação democrática, no uso dos poderes constitucionais e legislativos da Assembleia da República eleita, a qual deixa a total liberdade a cada um, de querer, ou não, continuar profissionalmente numa determinada carreira.

Se as próximas eleições são para prosseguir numa berraria agressiva, mas sem conteúdo, no folclorismo da partidocracia.

Se são para enganar, de novo, a Opinião Pública democrática, através da instrumentalização da comunicação social tão desacreditada, ou por via das "golpadas" com "sondagens", e sobretudo com "promessas" mentirosas.

Se não houver a coragem para anunciar inteligivelmente o que se pretende mudar, constitucional e legislativamente, nos sectores fulcrais para o futuro de Portugal.

Se não existir firmeza política democrática.

Então, podem ir fechando este Estado e se preparar para o que vem a seguir.-(\*) Jurista, Presidente do CPR/PSD-Madeira, Presidente do Governo Regional

## Notícias do Algarve

# Sociais-democratas algarvios visitam a Assembleia da República

No passado dia 1 de Julho, uma comitiva de militantes e simpatizantes do PSD Algarve, num total de 47 pessoas, visitou o Palácio de São Bento e sede do Parlamento português, a convite do deputado Mendes Bota. A organização do evento ficou a cargo do Movimento das Mulheres Social Democratas e da Juventude Social Democrata do PSD/Algarve.

Depois da habitual visita ao Palácio e da assistência aos trabalhos em plenário, a comitiva reuniu-se em convívio com o deputado algarvio, com a deputada de Coimbra Ofélia Moleiro, que é natural de Lagos, e do deputado Nuno da Câmara Pereira.

A organização surpreendeu os deputados e os companheiros de viagem, com um toque regionalista pelas mãos do jovem de 9 anos, mas já campeão nacional de infantis de acordeão, Daniel Silva, natural de Paderne e aluno do professor nexense, Nelson Conceição.



Muito aplaudido foi também o jornalista Arménio Aleluia que mostrou, aos que ainda não conheciam, os seus dotes de exímio percussionista. O momento de convívio conheceu ainda outro imprevisto agradável, quando os jovens bailarinos de dança de salão, Tatina Boneco e Pedro Abrantes foram convidados a mostrar os seus dotes artísticos. De referir que estes jovens algarvios foram vencedores das Taças de Portugal em 2003 e 2005, bem como do Campeonato Nacional de 2005 em danças clássicas, tendo vencido na categoria de danças latinas em 2004 o "Open de Lisboa", organizado pela FPDD (Federação Portuguesa de Dança Desportiva).

O som do corridinho fez-se ouvir na ala nascente do Palácio de S.Bento, e muitos foram os deputados que foram atraídos pela vibração algarvia, assistindo com agrado à exibição.

No final da visita, a comitiva ainda



assistiu in loco ao lançamento da candidatura de Pedro Santana Lopes à Câmara Municipal de Lisboa, no Jardim do Arco do Cego.

Na sua alocução, Mendes Bota, na dupla qualidade de presidente da distrital do PSD/Algarve e de parlamentar, congratulou-se com a presença de tão animado grupo de social democratas algarvios de todas as gerações: “Tenho muito gosto em vos acolher na casa da democracia, que é a Assembleia da República. Entrai aqui, sem curar do que dizem os que dela escarnecem. Saí, na certeza de que existe trigo e joio, nestas espigas parlamentares que são os deputados.

Espero que no vosso juízo, possa merecer que me coloquem na seara do trabalho sério, honesto, digno e credível com que procuro todos os dias cumprir na missão que me foi confiada pelos algarvios. Espero, também, que gostem da visita, e que a recordem com carinho até ao fim das vossas vidas.”

#### Lançamento da campanha de Macário Correia para Faro

O presidente do Governo Regional da Madeira marcou em Faro o arranque da pré-campanha de Macário Correia, que espera que o líder madeirense transmita aos algarvios “ensinamentos” sobre a regionalização.

A pré-campanha de Macário Correia, que concorre pela coligação “Faro com Macário” - que reúne o PSD, o CDS-PP, o Movimento Partido da Terra e o Partido Monárquico -, arrancou em Faro com a presença de Alberto João Jardim.

A regionalização foi um dos temas abordados no lançamento da pré-campanha, e Alberto João Jardim falou sobre a mesma temática em Faro.

Alberto João Jardim foi a principal figura do lançamento da pré-campanha da coligação “Faro com Macário”, no passeio da Doca de Faro, às 21 e 30.

O candidato da coligação “Faro com Macário” considera que Alberto João Jardim transmitiu ensinamentos sobre as “vantagens” que a regionalização deu à Região Autónoma da Madeira.

“Sem isso [regionalização] não teremos o desenvolvimento desejável para a região do Algarve”, afirmou, acrescentando que o processo de regionalização é uma necessidade não só do Algarve, como de todo o País.

A regionalização é, aliás, um dos pontos de convergência entre Macário Correia e o líder da distrital do PSD, Mendes Bota, que há um ano derrotou o agora candidato a Faro na disputa pela liderança do PSD/Algarve.

Questionado sobre a eventualidade do tema da regionalização ser abordado no discurso do líder madeirense, Mendes Bota disse apenas que todos os contributos que possam ser dados “são positivos”.

“O que interessa mais aos farenses é saber propostas políticas para a cidade”, afirmou.

Em Faro, o PSD está a preparar uma coligação com o CDS-PP e o Movimento Partido da Terra (MPT) para derrubar mais de trinta anos de poder socialista, informou hoje o partido em comunicado.

A coligação “Em Olhão, nós Acreditamos”, cujo cabeça-de-lista é Eduardo Abúndio de Sousa, está ainda em vias de formalização, diz o PSD, que sublinha

querer alcançar a vitória num concelho que é desde 1976 dominado pelas forças socialistas.

O actual presidente, Francisco Leal (PS), está no poder há 16 anos, seguindo a linha “rosa” que se instalou naquela autarquia desde que se realizaram as primeiras eleições autárquicas em Portugal.

Nas últimas eleições, em 2005, foram atribuídos na Câmara de Olhão cinco mandatos ao PS e dois ao PSD, sendo que na Assembleia Municipal os socialistas têm dois mandatos, o PSD sete e o PCP três.

Entretanto, a Comissão Política Dis-

trital do PSD/Algarve aprovou o nome de Eduardo Abúndio de Sousa, natural de Olhão, licenciado em Direito e que já foi auditor de justiça no Centro de Estudos Judiciários.

No seu curriculum profissional contam actividades como professor, mediador mobiliário, consultor de um hotel, jornalista, escritor e formador profissional, diz o PSD em comunicado divulgado hoje.

Consultor de negócios desde 2005 e assessor de várias colectividades sócio-culturais, já foi premiado em oito concursos literários, tendo experiência autárqui-

ca como antigo membro da assembleia de freguesia de Olhão.

Com a sua candidatura, o PSD/Algarve pretende virar a página de um poder autárquico “repetitivo e cansado”, diz o líder da distrital, Mendes Bota, que o descreve como um homem de “elevada formação e cultura”.

Segundo Mendes Bota, é conhecida “a vontade de mudança” dos olhanenses, indicador alcançado através de sondagens já realizadas, diz o PSD, e dos resultados nas recentes eleições europeias, onde o partido venceu pela primeira vez em Olhão. - Fonte: Lusa

## Em Lisboa

# Apresentação da candidatura de Santana Lopes marcada por uma intervenção forte e palavras de esperança e confiança

Numa cerimónia simples, mas muito concorrida, no jardim do Arco do Cego, onde se contaram os Presidentes dos partidos da coligação que concorre à autarquia de Lisboa, foi feita a apresentação do cabeça de lista, o social-democrata Pedro Santana Lopes.

Santana Lopes disse subscrever a ideia da líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, segundo a qual são prioritárias as pequenas e médias empresas e o investimento na acção social.

“Não iremos para os grandes investimentos, para as grandes obras”, declarou.

O candidato do PSD sublinhou que a sua prioridade será a acção social e algumas obras necessárias para o ordenamento da cidade, “não devem ser executadas na primeira parte do mandato.”

“De certeza que iremos “atar pontas soltas”, como recuperar o Parque Mayer e construir uma nova Feira Popular, com o financiamento do Casino”, foram medidas avançadas por Santana Lopes.

«O candidato social-democrata exigiu a extinção da Sociedade Frente Tejo, e criticou o executivo liderado por António Costa.

“Tenho o entendimento forte que, hoje em dia, Lisboa está a ser governada sem nexos, com preconceito, com submissão e sem verdade”, afirmou.

Como exemplos de falta de nexos, avançou as obras no Terreiro do Paço e a acção judicial pela anulação da permuta dos terrenos da antiga Feira Popular e do Parque Mayer, que a Câmara apoia ao mesmo tempo que anuncia “obras em terrenos que se tiver provimento essa acção, voltam para os antigos proprietários”.

Santana Lopes considera que o executivo de António Costa age com “preconceito” ao não abrir a ligação do Túnel do Marquês à António Augusto de Aguiar, sublinhando que aquela obra lançada no seu mandato “estava paga na



sua esmagadora maioria”.

Para o antigo primeiro-ministro, António Costa governa “com submissão ao Governo”, ao concordar com a desactivação do aeroporto da Portela, a componente rodoviária da Terceira Travessia do Tejo, o alargamento do terminal de contentores e a Sociedade Frente Tejo.

“Não há precedente, não há justificação, não é admissível que um presidente de Câmara que sabe o que o é governar uma cidade, entregue poderes de governação de um território sagrado da cidade a uma empresa”, afirmou, referindo-se à Frente Tejo.

“Não descansaremos enquanto essa sociedade não for extinta”, sublinhou.

Santana Lopes argumentou também que António Costa “governa sem verdade” quando atribuiu ao PSD a responsabilidade pelas dívidas da autarquia.

“Todo o actual passivo bancário da Câmara é da responsabilidade do PS”, declarou.

Pedro Santana Lopes defendeu ainda

o “desnívelamento do eixo central” da cidade na zona do Saldanha, com um túnel de ligação da Avenida Fontes Pereira de Melo aos túneis do Campo Grande e do Campo Pequeno.

“É uma obra que é mais simples do que a outra até porque temos a certeza de que quem embargou a outra não vai embargar esta”, afirmou, referindo-se ao túnel do Marquês e à providência cautelar interposta por José Sá Fernandes.

Além dos presidentes dos partidos que constituem a coligação à Câmara, que integra também o MPT e o PPM, estiveram presentes vários membros do Governo que foi chefiado por Santana Lopes, como Bagão Félix, José Luis Arnaut, Aguiar Branco, António Mexia, Álvaro Barreto, António Monteiro e Rui Gomes da Silva. - PL

Nota: No próximo número do “Povo Livre” ampliaremos as notas sobre o “Programa com Sentido”, o mapa dos caminhos que Santana Lopes quer seguir na Presidência da CML

# Coligação visitou D. Pedro V e Creche de Braga: Ricardo Rio quer dinamizar Rede Social do Concelho

O candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, aproveitou a visita a mais um conjunto de instituições que actuam na esfera social para defender a necessidade de proceder a uma verdadeira dinamização da Rede Social do Concelho.

“Infelizmente, na lógica de quem hoje gere os destinos do Município, espaços privilegiados de colaboração como a Rede Social servem para provocar entropias no desenvolvimento da actividade destas Instituições, em vez de potenciarem sinergias e de maximizarem os seus resultados, até pela partilha de boas práticas”, sugeriu.

“No novo modelo de Gestão Municipal que queremos implementar, a Câmara Municipal e as Empresas Municipais assumem um papel subsidiário em relação aos verdadeiros actores de dinamização de cada uma das áreas de desenvolvimento do Concelho, ao invés de se substituírem a estes, de os tentarem controlar ou de prejudicarem o seu trabalho pela colocação de obstáculos desnecessários”, disse também o Vereador da Coligação.

“Queremos ser facilitadores e dar a estas Instituições todo o apoio material e imaterial que estiver ao nosso alcance no desenvolvimento dos seus projectos, na certeza de que o resultado do seu trabalho aporta um enorme benefício para o conjunto da Comunidade”, sentenciou.

Os responsáveis da Coligação presentes nestas visitas expressaram também a sua apreensão pelo agravamento dos problemas sociais existentes no Concelho, e pela existência de um número significativo de cidadãos que necessitam de especiais cuidados (entre a população mais jovem, idosa, ou portadora de deficiência), para os quais ainda não existem respostas suficientes.

“Imagine-se qual não seria a situação se não pudéssemos contar, em todo o Concelho e em benefício das diferentes tipologias de públicos-alvo, com o trabalho abnegado, voluntário e de uma dedicação extrema de um vasto leque de Instituições de cariz social e dos cidadãos que se entregaram à sua Direcção?”, questionou o líder da Coligação “Juntos por Braga”.

As declarações de Ricardo Rio foram proferidas no decurso da visita promovida a diversas instituições de cariz social e educativo na Freguesia de S. Lázaro, na companhia da Vereadora Filomena Bordalo e do Presidente desta Junta de Freguesia, João Pires.

A visita realizada ao Lar D. Pedro V e à Associação da Creche de Braga (incluindo o Instituto Novais e Sousa) foi mais uma oportunidade de conhecer e reconhecer o trabalho que estas Instituições desenvolvem com crianças, jovens, alguns



com necessidades educativas especiais, e respectivas famílias.

Tanto durante a visita, quer em reunião havida com as respectivas Direcções, Ricardo Rio foi informado dos sucessos que têm conseguido, das dificuldades que atravessam e das suas aspirações.

Deparou com Instituições exigentes nos seus projectos educativos e pedagógicos, exigentes nas condições de trabalho dos seus colaboradores, exigentes na qualidade dos serviços que prestam, mas também preocupadas com a preservação do património edificado e cultural.

Questão muito actual prende-se com o respeito pela identidade e autonomia destas Instituições e pelo princípio da subsidiariedade relativamente ao poder local e central.

O Lar D. Pedro V comporta as valências de Lar de Crianças e Jovens, Pré-escolar e mantém ainda em funcionamento a Escola de 1º Ciclo.

O Instituto Novais e Sousa é uma resposta social da Associação Creche de Braga. É um Centro de Actividades Ocupacionais, onde jovens portadores de deficiência vão treinando e adquirindo competências em áreas diversas, desde as actividades de vida diária, à tecelagem, arraiolos, carpintaria, pintura e música.

Além dessa valência, a Creche de Braga dispõe actualmente de várias salas

de Creche, Pré-escolar e ATL e dispõe de um Lar de Apoio, em Palmeira.

## No Instituto Monsenhor Airosa: Património salvaguardado e Valoroso Apoio Social

No dia 4, Ricardo Rio, visitou, na Freguesia da Cividade, na companhia da Vereadora Filomena Bordalo e do Presidente desta Junta de Freguesia, Luís Macedo, uma das mais importantes instituições de apoio social da cidade.

Com mais de 140 anos de existência, a obra e espírito de Monsenhor Airosa mantêm-se em perfeita vigência.

Num complexo extenso e composto por edifícios plenos de história, as gerações misturam-se com assinalável harmonia, num exemplo de convivência familiar digno de nota.

Acolhendo jovens em situação de carência sócio-familiar de todo o país, bem como adultas sem retaguarda e portadoras de deficiências e dispondo ainda de um lar para idosas, a instituição presta apoio a dezenas de utentes, num cenário onde os espaços verdes e a riqueza histórica estão resguardados pelo cuidado de uma equipa dedicada e empreendedora.

Para além da mera prestação de cuidados, a preocupação com o futuro das jovens e a sua autonomização profissional

está bem presente na estratégia delineada pela Direcção.

Nas palavras do director, Luís Gonzaga Macedo, “é nosso dever moral velar para que assim que as nossas jovens cheguem à idade adulta, não sejam abandonadas à sua sorte”, sendo o projecto do Lar Residencial uma das concretizações que mais orgulha a Direcção.

O líder da Coligação sublinhou a importância da aposta no apoio à iniciação da vida activa, destacando os meritórios projectos de artesanato, desenvolvidos na oficina de teares e das famosas oficinas de hóstias que, além do mais, potenciam uma saudável abertura à Sociedade Civil.

A necessidade de alavancar uma nova fase na actividade das IPSS, serviu de mote para a proposta de Ricardo Rio de aposta numa perspectiva centralizada dos processos de gestão de candidaturas aos fundos de apoio a investimentos, deixando à consideração das várias instituições do concelho o modelo de colaboração que melhor servir os seus interesses.

Aliás, são vários os projectos que o Instituto Monsenhor Airosa possui para o futuro. A criação de um Museu agregador de todo o acervo patrimonial e que possa espelhar condignamente a sua riqueza é um dos mais aliciantes propósitos, em linha com o esforço de recuperação do Coro Alto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

No plano social, a construção de Residências Sénior, através da recuperação de uma ala decadente do edifício sede está prestes a ver a luz do dia. O alargamento da resposta das “Residências de Transição” que apoiam a primeira fase da vida activa das jovens da instituição, potenciando a sua autonomização, é outra das prioridades.

Esta valência surge como resposta à inexistência de uma política integrada de fomento do acesso à habitação para este público específico, “tarefa que poderia estar a cargo da empresa municipal Bragahabit, mas que esta teima em negligenciar”, criticou o líder da Coligação “Juntos por Braga”, que já registara idêntica apreensão na visita a instituições análogas.

“Os vários séculos de história deste complexo estão bem vivos na dinâmica empregue pela Direcção. Os Vossos projectos e as ambições que possuem reflectem uma postura que está em total sintonia com aquela que preconizo para a gestão da Autarquia”, elogiou Ricardo Rio que aproveitou ainda para garantir que, enquanto Presidente de Câmara, prestará total colaboração e apoio a todas as instituições de referência da cidade, em particular às que actuam na esfera social.

– Gab. Imp. Coligação



# Emprego e qualificação

“Em Sintra promove-se o emprego e a qualificação”, foi o mote para a assinatura de um Protocolo entre a Câmara Municipal de Sintra e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, em cerimónia pública realizada no princípio da semana, em Sintra.

A iniciativa, conduzirá à integração, até final do ano, em diversos serviços da autarquia sintrense, de um mínimo de 100 estagiários, distribuídos pelas iniciativas “Contrato Emprego – Inserção” e “Contrato Emprego – Inserção +” e Medida “Estágios Qualificação – Emprego”.

Na ocasião, e referindo estarmos perante um Município que tem mais população que dois dos Estados – Membros da União Europeia, Fernando Seara realçou a necessidade de se encontrarem “as respostas mais adequadas à qualificação e preparação dos jovens para o mercado de trabalho, sem esquecer os que, sendo menos jovens, se debatem com graves situações de desemprego e que merecem igual apoio institucional”, lançando um repto a todas as entidades com responsabilidade social para que “aprofundem o trabalho, redobrem o esforço, envolvam parceiros e congreguem sinergias”, desafiando “os presentes a identificarem os ausentes” e a “estabelecerem, nas suas organizações, planos de integração e de qualificação que, embora direccionados para indivíduos se convertam em verdadeiros planos de intervenção social junto das famílias e que o façam de forma integrada, coesa e com sentido de Missão”.

Na mesma cerimónia, foram ainda assinados dezassete Acordos de Estágio com os primeiros dezassete desempregados seleccionados para a Câmara Municipal de Sintra, num acto simbólico que Fernando Seara fez questão de realçar, felicitando os estagiários pela integração em estágio.

## Animação de Praia, “Onda desportiva-2009”

Ginástica, Surf, Voleibol e Yoga são algumas das actividades que a autarquia

de Sintra está a promover, gratuitamente, na Praia Grande, desde o mês de Junho e durante Julho.

As actividades decorrem desde 20 de Junho e até 26 de Julho, das 15h00 às 18h30, durante a semana, das 10h00 às 12h00 e das 15h00 às 18h30 ao fim-de-semana.

Através da realização destas iniciativas a Câmara Municipal de Sintra pretende incentivar a prática de exercício físico e sensibilizar os veraneantes para os benefícios que advêm sua da prática regular para a manutenção e melhoria da saúde.

Actividades: Aulas de Ginástica, Aulas de iniciação ao Surf e Bodyboard, Ténis de Mesa, Voleibol de Praia, Badminton, Xadrez, Damas, Rugby, Andebol e Yoga.

## Autarquia homenageia Comandantes da Base Aérea

A Câmara Municipal de Sintra atribuiu as Medalhas de Mérito Municipal, Grau Ouro, a título póstumo ao Major-General Jorge da Silva Fernandes Lessa e ao Coronel Pilav Ramiro de Almeida Santos, no fim do mês passado, na Biblioteca Municipal de Sintra – Casa Mantero.

A autarquia decidiu atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Major-General Jorge da Silva Fernandes Lessa, falecido em Janeiro de 2009, como reconhecimento pela sua relevante actividade enquanto Comandante da Base aérea nº1.

Na sua folha de serviço, constam diversos louvores e condecorações de que se destacam a Medalha de Prata de Serviços Distintos, a Medalha de Ouro de Distintos-Colectiva, a Medalha de Mérito de 1ª Classe, a Medalha de Mérito Militar de 2ª Classe, a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar e a Medalha de Mérito Aeronáutico de 1ª Classe.

O Coronel Pilav Ramiro de Almeida Santos nasceu em Vila Franca de Xira, a 13 de Dezembro de 1953 e da sua folha de serviços constam diversos louvores e con-



decorações de que se destacam a Medalha de Ouro de Serviços Distintos-Colectiva, a Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe, a Medalha de Mérito Aeronáutico de 2ª Classe, a Medalha de Ouro e Prata de Comportamento Exemplar.

Falecido aos comandos duma aeronave da Força Aérea Portuguesa junto das Azenhas do Mar, a autarquia decidiu atribuir a Medalha de Mérito Municipal como reconhecimento pela sua relevante actividade enquanto Comandante da Base Aérea nº1.

## As celebrações de São Pedro

O Concelho de Sintra esteve em festa durante onze dias, de 19 a 29 de Junho, por altura dos festejos de S. Pedro, padroeiro do município. Música, teatro, arraiais, animações de rua e muito, muito mais... As ruas de Sintra encheram-se de cor e movimento, e quase todos os munícipes participaram nos vários eventos culturais e lúdicos.

A população de Sintra assistiu, gratuitamente, aos concertos de Jazz, na Biblioteca Municipal de Sintra, participou na Feira Romana onde legionários e gladiadores se defrontaram no Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, permitindo a todos uma verdadeira viagem ao passado nos dias 27 e 28, e ainda à exposição “Memórias no Tempo - Paços do Concelho de Sintra e Cadeia Comarcã” que de 27 de Junho a 20 de Julho, tem as portas dos Paços do Concelho abertas à população.

## Rota das Feiras: Sintra “viaja bo tempo”

Sintra regressa ao passado... gladiadores, jograis, malabaristas, videntes, cuspidores de fogo e artesãos vão dar corpo à iniciativa “Rota das Feiras durante todo o mês de Julho. Nesta Rota serão recriadas uma Feira Romana, uma Feira Medieval, Torneios Medievais a Cavalo e uma Feira Setecentista.

A Feira Medieval decorreu de 3 a 5 de Julho no Largo D. Fernando II, em S. Pedro de Penaferrim.

Remontando à época medieval, o Largo da Feira de S. Pedro será o cenário de três dias de recriação histórica, onde não vão faltar espectáculos musicais, de teatro, de artes circenses e vários momentos de animação.

Esta iniciativa, que assume actualmente uma importância indiscutível no que diz respeito à calendarização cultural do concelho de Sintra, conta, como sempre, com a presença de diversos artesãos e comerciantes de Sintra, do resto do País e, também, do estrangeiro, que contribuem para o ambiente mágico recriado.

Já os Torneios Medievais a Cavalo vão realizar-se nos dias 11 e 12 de Julho (sábado e domingo das 15h00 às 20h00), no Terreiro Rainha D. Amélia, frente ao Palácio Nacional de Sintra.

Os Torneios são uma recriação histórica que permitem uma viagem no tempo. Não vão faltar as competições entre cavaleiros, um acampamento militar com duas tendas, onde podem ver-se os treinos dos cavaleiros e dos homens de armas.

Esta recriação histórica pretende criar quadros de história viva, contextualizando o Palácio Nacional de Sintra e D. João I, em inícios do Século XV, de modo a que, em espaço próprio, possa dar a conhecer-se a nossa história e os seus momentos mais importantes.

Depois, de 17 a 19 de Julho realizar-se-á a Feira Setecentista (sexta-feira das 17h00 às 23h30, sábado e domingo das 15h00 às 23h30), no Largo do Palácio Nacional de Queluz, junto à Pousada D. Maria I.

Tendo como pano de fundo o Palácio Nacional de Queluz, a Feira Setecentista é a recriação de um típico mercado do reinado de D. Maria I, onde a animação é permanente e constante por todo o recinto.

Artesãos e comerciantes nacionais e estrangeiros vão recriar ofícios antigos, em risco de desaparecimento, enquanto legado patrimonial colectivo.

Trata-se de uma excelente oportunidade de viajar à época setecentista, período de apogeu do Palácio de Queluz.

O acesso às Feiras é livre e gratuito. – Gab. Imp. CM Sintra



# Berta Cabral quer que governo “fale verdade” sobre estado da economia



A líder do PSD/Açores considerou hoje que a Região precisa que o governo regional “fale verdade” sobre o estado da economia, alegando que só assim se criam “boas medidas” para enfrentar a crise.

“É assumindo a realidade, com isenção e com verdade, que se desenham boas medidas. Só a verdade dos números permite conceber as soluções de que a economia açoriana tanto necessita”, afirmou Berta Cabral, na abertura das jornadas parlamentares do PSD/Açores, que decorrem na Praia da Vitória.

A líder social-democrata salientou que os agentes económicos “precisam de conhecer, com verdade, a realidade em que se inserem”, dado que “só assim estarão habilitados a tomar as decisões mais adequadas”.

Segundo Berta Cabral, “os governos nacional e regional teimam em mascarar a realidade para daí obterem dividendos do foro exclusivamente partidário”.

“Na economia esse comportamento paga-se caro”, sublinhou.

De acordo com a presidente do PSD/

Açores, “só a posse de informação verdadeira permite desenhar as melhores medidas e vencer os obstáculos que vão surgindo na evolução do tecido económico”.

“Os empresários dos Açores não precisam de um governo que se limite a decretar, por mera auto-convicção, o princípio e o fim da crise económica”, referiu.

Para a líder social-democrata, os empresários açorianos “precisam de um governo que despenalize os impostos, que permita a regularização faseada das dívidas ao fisco e à segurança social, que termine com o Pagamento Especial por Conta, que altere a cobrança do IVA, que lance no mercado obras públicas de pequena e média dimensão adequadas ao tipo de empresas sedeadas nos Açores”.

“Já não se espera deste governo que governe melhor. Mas exige-se deste governo que fale verdade”, frisou.

Berta Cabral acrescentou que o desemprego “é o maior dos problemas que a economia açoriana enfrenta actualmente” e considerou que “não vale a pena

iludir a realidade porque as empresas e as famílias sabem e sentem que esta é a verdade”.

A líder social-democrata classificou, igualmente, como “preocupantes” as estatísticas disponíveis relativas aos sectores da agricultura, pescas, turismo, construção civil e comércio dos Açores.

“O mesmo governo que quis recolher os louros dos números bons, deve agora assumir as culpas dos números maus”, afirmou.

## Berta Cabral convida marienses a juntarem-se a “movimento de mudança”

A líder do PSD/Açores apelou sábado aos eleitores de Santa Maria a juntarem-se ao “movimento de mudança” protagonizado pelo partido, alegando que o objectivo de desenvolver a ilha de Santa Maria é “demasiado exigente” para ficar apenas nas mãos “dos mesmos socialistas de sempre”.

“O desafio de recuperar e desenvolver Santa Maria é demasiado importante e exigente para ficar só na mão dos mesmos socialistas de sempre. Por isso aqui estamos, em número cada vez maior, num movimento de mudança liderado pelo PSD, que não terá da gestão pública uma visão estritamente partidária, mas sim socialmente utilitária”, afirmou Berta Cabral, na sessão de apresentação da candidatura de Carlos Henrique Rodrigues à presidência da câmara de Vila do Porto.

A líder social-democrata salientou que os candidatos do partido “não estão contra” os actuais autarcas socialistas, mas sim “a favor de Santa Maria”, e convidou os marienses a juntarem-se a um “movimento de mudança, incluindo todos aqueles que hoje estão naturalmente desiludidos por ontem terem confiado o seu voto ao PS”.

Berta Cabral referiu que a ilha de Santa Maria, cuja autarquia é gerida pelo PS há 30 anos, é o “exemplo extremo e, infelizmente, a prova provada do esgotamento da gestão socialista”.

“Santa Maria está parada no tempo. E a culpa é toda do PS”, frisou.

Para a presidente do PSD/Açores, a candidatura de Carlos Henrique Rodrigues “personifica a esperança numa mudança segura que só o PSD tem condições de garantir”.

Segundo a líder social-democrata, a vitória do candidato do PSD “abrirá um novo ciclo de desenvolvimento de que esta ilha tanto precisa, com gestão diferente, com capacidade empreendedora, com afirmação regional”.

Berta Cabral destacou que o partido reuniu uma equipa de candidatos “forte, coesa, abrangente e representativa”, em que se inclui o “contributo interessado e

interessante de simpatizantes e independentes que querem e podem fazer mais pela sua e nossa terra”.

“Para nós, conta mais a vontade de trabalhar do que a ficha de militante”, disse.

A presidente do PSD/Açores acrescentou que acredita que os social-democratas “podem ganhar algumas câmaras ao PS, e uma delas vai ser a de Vila do Porto”.

Para Berta Cabral, “parece que já nem os próprios dirigentes socialistas acreditam que conseguem manter este e outros municípios dos Açores”.

“Antes, o líder do PS garantiu que ia ganhar todas as câmaras. Depois, o coordenador eleitoral do PS assegurou que, afinal, iam ganhar a maioria das câmaras. Agora, se ambos revelassem as informações de que dispõem, teriam certamente um discurso mais modesto e realista”, afirmou.

## António Ventura garante ser “uma nova força” para Angra

O candidato à presidência da câmara de Angra do Heroísmo pelo PSD, António Ventura, garantiu, ontem à noite, que a sua candidatura está “à frente, muito à frente, estamos a comandar, estamos a ser os primeiros em tudo, nas candidaturas, nos projectos”, saudou. Para o social-democrata “nós temos ideias e temos vindo a apresentá-las. Transformámo-nos numa força, nós sim somos uma nova força”, afirmou.

Falando na apresentação dos dezanove candidatos às juntas de freguesia do concelho, o candidato do PSD disse que “há por aí velhas forças mascaradas de “uma nova força”. É mais do mesmo, não há nada de novo, e essa é a prova e o reconhecimento de que nada fizeram, não nos enganem outra vez”.

Garantindo uma política de proximidade, Ventura assume que vai estar “junto das pessoas, ouvir e resolver os seus problemas. Depois de Outubro as pessoas deste concelho poderão falar com o governo da câmara nas suas próprias freguesias”, disse, anunciando que “estipularemos dias de atendimento nas freguesias e passaremos o dia em cada uma delas”.

António Ventura quer uma actuação “de voz activa e reivindicativa naquilo que é um combate encapotado para tornar algumas freguesias mais envelhecidas e desertas de pessoas”, acusou, “pois estão a planear fechar mais escolas nas freguesias”, disse o candidato, que considera ser esse “um mau princípio, que faz perder a identidade da freguesia, os costumes e os usos de cada local. Não queremos freguesias dormitório nem onde os seus habitantes não convivam entre si”.



O social democrata deixou ainda uma palavra “para agradecer aos candidatos às juntas, gente com vontade, com empenho, gente com provas dadas e exemplo de trabalho e de vida”, a quem reconheceu terem para oferecer às suas freguesias “vontade de trabalhar, ou seja, trabalho e mais trabalho. É um grande orgulho contar com vocês, contem comigo”, assegurou.

“Mas nestas eleições está também em jogo algo muito importante para todos os cidadãos do concelho e da ilha”, referiu o candidato, para quem “a Terceira perde instituições e está a ser esvaziada de serviços. Tudo está a mudar-se para São Miguel, pois o governo da república, com o consentimento do governo regional, deslocaliza e centra os seus serviços públicos com base em critérios demográficos”, lamentou.

“Levam-nos tudo. Foi a Lotação, foi o comando de policia, está a caminho a direcção de finanças, e até o aviãozinho da SATA, o único que tínhamos, já está em São Miguel”, disse Ventura, apelidando a decisão como “a pinga de água, os aviões da SATA todos estacionados numa ponta do arquipélago é um atentado à segurança dos açorianos e ao progresso social e económico das outras oito ilhas”.

A lista de candidatos do PSD às juntas das dezanove freguesias do concelho de Angra do Heroísmo é a seguinte: Altares - Francisco Valadão, 43 anos, empresário agrícola; Raminho - Honorato Lourenço, 54 anos, chefe de secção; Serreta - Ruben Alves, 32 anos, técnico de informática; Doze Ribeiras - José Manuel Costa, 32 anos, encarregado comercial; Santa Bárbara - Francisco Pereira, 53 anos, escriturário; Cinco Ribeiras - Vítor Freitas, 36 anos, professor; São Bartolomeu - Luís Costa, 42 anos, funcionário público; São Mateus - Paulo Gomes, 33 anos, apontador de lota; Terra Chã - Rómulo Ávila, 44 anos, funcionário público; Posto Santo - António Ferreira, 44 anos, empresário agrícola; São Pedro - António Marcos, 66 anos, professor aposentado; Santa Luzia - Jorge Azevedo, 61 anos, encarregado comercial; Conceição - Raul Tânger, 54 anos, professor; Sé - Basílio Sousa, 74 anos, reformado; São Bento - António Fernandes, 40 anos, funcionário público; Ribeirinha - Fernando Alves, 48 anos, empresário da construção civil; Feteira - Carlos Pinheiro, 56 anos, restaurador e Porto Judeu - Alberto Azevedo, 47 anos, engenheiro de telecomunicações e São Sebastião - Francisco Raimundo Martins, 45 anos, técnico de vendas

Abrindo uma sessão com casa cheia, na casa do povo da Ribeirinha, o candidato do PSD à presidência da assembleia municipal teceu duras críticas aos últimos executivos municipais, a quem acusou de “fazer política baixa e desonesta”, numa alusão clara a acusações recentes do secretariado de ilha do PS sobre uma decisão judicial sobre as obras de saneamento na cidade no tempo em que presidia à autarquia, à qual respondeu “com factos concretos” e com a certeza “de que actuaria hoje exactamente da mesma forma, pois tenho a consciência tranquila de ter feito um trabalho por Angra, do qual me orgulho”, afirmou.

“A decisão que agora o PS decidiu ser uma coisa gravíssima foi tomada pela câmara municipal, com a concordância

dos partidos que então estavam na oposição, o PS e o CDS”, pelo que “ninguém acredita que, de boa fé, esses partidos políticos, aprovariam uma decisão, e nem me refiro a obras dessa dimensão, que está visto os executivos seguintes não tiveram capacidade de fazer, com base em critérios que não fossem o da seriedade e da honestidade”, realçou. - Gab. Imp. PSD/Açores e Lusa

“Eles não querem discutir o presente porque não lhes convém. Assim como não querem falar do futuro, pois não sabem o que vão fazer no futuro”, afirmou Joaquim Ponte, para quem os dirigentes autárquicos “querem falar de coisas que aconteceram há quinze anos atrás, mas nós não deixaremos que tal aconteça, pois queremos é saber porque é que o concelho tem hoje problemas gravíssimos e que deixamos resolvidos há doze anos”.

“Porque é que o nosso concelho tem hoje problemas de falta de água, tem uma rede viária degradada e estragada, porque é que as calçadas de Angra estão todas reviradas e os passeios apresentam



riscos para quem neles anda. Porque é que a cidade está suja, com o equipamento urbano destruído e com infra-estruturas de apoio à cultura em avançado estado de degradação”, foram questões deixadas

aos presentes pelo ex-autarca, que afirmou estar “o desespero a levar a actual câmara e o PS a uma actuação onde vale tudo”, concluiu.

## Notícias da Madeira

# Lista de candidatos do Partido Social-Democrata, pela Região Autónoma da Madeira, à Assembleia da República



A Comissão Política Regional da Madeira do Partido Social-Democrata designou os seus candidatos à Assembleia da República.

A elaboração da lista de candidaturas obedece às exigências da chamada “lei da paridade”, donde resulta, junto a cada dois nomes de um sexo, ter de figurar obrigatoriamente um nome de outro sexo.

O princípio fundamental foi recandidatar os três actuais Deputados sociais-democratas pela Madeira à Assembleia da República, Dr. Guilherme Silva (2.º lugar na lista), Dr. Filipe Correia de Jesus (4.º lugar) e Dr. Hugo Veloso (5.º lugar), que tão bem se têm batido pelos Direitos do Povo Madeirense.

Como é habitual, o Presidente da Comissão Política Regional do PSD/Madeira lidera a lista, embora não indo ocupar lugar na Assembleia da República, mas como sinal de solidariedade aos restantes Candidatos da Madeira, e ainda para com o Partido e a sua Líder nacional.

No terceiro lugar da referida lista, figura a actual Presidente da Juventude Social Democrata da Madeira, Dr.ª Vânia de Castro Jesus, licenciada em História Moderna e Contemporânea e com Mestrado em Teoria Política Europeia.

Actualmente é Deputada na Assembleia Legislativa da Madeira e Presidente da Assembleia de Freguesia de Gaula.

A sexta candidata efectiva é a Dr.ª Maria João de França Monte, licenciada em Economia, com Mestrado em Economia Internacional e membro do Conselho de Administração dos Portos da Região Autónoma.

O primeiro candidato suplente é o Dr. Francisco Manuel Freitas Gomes, licenciado e mestrado em Ciências Políticas, funcionário da Administração Pública regional e autor de vários Estudos no âmbito da História e da Ciência Política.

A segunda candidata a suplente, é a Dr.ª Sara Catarina Gonçalves, licenciada em Direito e Presidente da Mesa do Conselho Regional da Juventude Social Democrata da Madeira.

O terceiro suplente é José Narciso Ornelas, Trabalhador Agrícola, Câmara de Lobos.

Em quarto lugar, a Dr.ª Nádia Micaela Coelho, licenciada em Biologia, Vogal da Comissão Política Regional da Madeira da Juventude Social Democrata.

Escalona-se em quinto lugar, o Trabalhador do sector Construção Civil, Aurélio Ornelas Pita, Canhas.

Encerra as candidaturas como último suplente, o Dr. Manuel António Correia, Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais. - CPR/PSD-Madeira



**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**Recepção**

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



**ALGÉS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Algués para reunir, no próximo dia 15 de Julho de 2009 (quarta - feira), pelas 18h30., na sede sita na Av. Carolina Michaelis, 34 Loja, em Linda- a-Velha, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Eleições Legislativas
- 3 – Eleições Autárquicas

**AVEIRO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Julho de 2009 (sábado), pelas 15h30, no Auditório da Junta de Freguesia da cidade de Lousada, em Santa Maria da Feira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Dar parecer, à proposta da Comissão Política Distrital sobre a lista de candidatos a Deputados do PSD à Assembleia da República, pelo círculo de Aveiro, para as eleições legislativas a realizar a 27 de Setembro de 2009, nos termos da alínea f), do nº 2 do Artigo 37º dos Estatutos.

2 – Análise da situação política e outros assuntos

**CAMPO MAIOR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Campo Maior para reunir, no próximo dia 10 de Julho de 2009 (sexta - feira), pelas 20h30., na sede do PSD, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

Ponto único – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos da Autarquia Local e aprovar o Programa Eleitoral

**LEIRIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de Julho de 2009 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 – Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República, nos termos da alínea f), nº.2, do artº. 37 dos Estatutos do PSD

**LISBOA -AML**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa – AML, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Julho de 2009 (quinta-feira), pelas 21h00 Horas, no Fórum Lisboa, sito na Av. de Roma 14, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 -Análise da situação política
- 2 - Eleições Legislativas

**LISBOA / AO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa – AO, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 11 de Julho de 2009 (sábado), pelas 21h00 Horas, nas instalações da Biblioteca Municipal de Alenquer, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República, nos termos da alínea f), nº 2, do artº 37 dos Estatutos do PSD

**MURTOSA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Murtosa, para reunir, no próximo dia 18 de Julho de 2009 (sábado), pelas 21h00 Horas, na Junta de Freguesia do Bunheiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Autárquicas 2009 – no cumprimento do estipulado no artº 50, nº2 alínea f) dos Estatutos do PSD
- 2 – Outros assuntos

**ODIVELAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Julho de 2009 (quarta - Feira), pelas 21h00., na sede do PSD, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, 11 – c/v Dtº., com a seguinte,

Ordem de trabalhos

1 - Aprovação do parecer sobre as Listas Candidatas à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia do Concelho de Odivelas, nos termos dos Estatutos do PSD, Artº 50, nº 2, f);

2 - Aprovação do Programa Eleitoral da Candidatura ao Município de Odivelas, proposto pela Comissão Política da Secção Concelhia de Odivelas, nos termos dos Estatutos do PSD, Artº 50, nº 2, f).

**OEIRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras para reunir, no próximo dia 20

de Julho de 2009 (segunda-feira), pelas 21h00 Horas, na sede do PSD, sita no Largo do Avião Lusitânia, nº 15, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Legislativas
- 4 - Autárquicas

**PORTIMÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 01 de Agosto de 2009, (sábado) pelas 17h00, na sede concelhia, sita na Rua Machado dos Santos, nº 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período antes da Ordem do Dia
- 2 – Análise da situação financeira da Concelhia
- 3 – Apresentação das listas de Candidatura Autárquica 2009
- 4 – Diversos

**S. JOÃO DA MADEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira, para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede concelhia, sita no Centro Comercial Castilho, Loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política – partidária
- 2 – Emissão de parecer sobre candidaturas autárquicas do PSD

**SANTARÉM**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir no próximo dia 11 de Julho de 2009, (sábado) pelas 15h00, na sala “Ribatejo” do Santarém Hotel (antigo Hotel Coríntia), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Eleições Legislativas 2009 – Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República

**SECÇÃO G / LISBOA /**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção G -Lisboa para reunir, no próximo dia 15 de Julho de 2009 (quarta-feira), pelas 21h00 Horas, na sede, sita na Rua do Lumiar, 65-A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais e aprovar o Programa Eleitoral sobre proposta da Comissão Política nos termos do artº 50, alínea f) dos Estatutos do PSD

**SETÚBAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 10 de Julho de 2009, (sexta-feira), pelas 21H00, no NOVOTEL, em Setúbal, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1. Informações

2. Parecer sobre as candidaturas à Assembleia da Republica, nos termos do art.º 37º, n.º 2, alínea f)

3. Análise da Situação Político-Partidária



**II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD 2009**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos convoco Conselho Nacional Ordinário para o dia 18 de Julho de 2009, às 15 horas, no Centro Cultural de Cascais, sito na Avenida Rei Humberto II de Itália, no Concelho de Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Apresentação e discussão da estratégia política da JSD para os próximos actos eleitorais.

3 – Aprovar as listas dos elementos da JSD a indicar como candidatos a deputados nas listas do PSD à Assembleia da República nos termos da alínea p) do artigo 50º dos Estatutos Nacionais da JSD.

4 – Apresentação e Discussão do contrato eleitoral dos candidatos a deputados da JSD.

5 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD

(Daniel Figueiro)

**CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, convoco o Conselho Distrital de Braga, para uma reunião a realizar no dia 17 de Julho de 2009 (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Turismo – Braga com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar a lista de Deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Braga.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Braga

(João Miguel Sá)

**CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e por solicitação da Comissão Política Distrital, convoca-se o Conselho Distrital de Castelo Branco, a reunir dia 17 de Julho de 2009, pelas 21 horas, na Sede do PSD Distrital de Castelo Branco, sita na Rua do Pina, nº 6, em Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Indicação dos candidatos da JSD a integrar a lista de Deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Castelo Branco.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Castelo Branco



(Elsa Fernandes Marmelo)

### CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, convoco o Conselho Distrital da JSD/Algarve, para reunir no dia 17 de Julho de 2009 (sexta-feira), pelas 20h30, na Sede do PSD/Algarve, em Faro com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Aprovação dos candidatos da JSD/Algarve a integrar a lista candidatos a Deputados do PSD/Algarve à Assembleia da República;
- 3 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Faro  
(Miguel da Silva Guerreiro)

### CONSELHO DISTRITAL DE GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e por solicitação da Comissão Política Distrital, convoca-se o Conselho Distrital da Guarda, a reunir dia 15 de Julho de 2009, pelas 21 horas, na Sede do PSD da Guarda, sita na Rua Marquês de Pombal, n.º 49 – 1º, no Concelho da Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Avaliação de Desempenho nas eleições ao parlamento europeu;
- 3 – Discussão da estratégia eleitoral às eleições legislativas e autárquicas;
- 4 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar a lista de Deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Guarda.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Guarda  
(Vanessa Baptista)

### CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Leiria da JSD, para o dia 16 de Julho de 2009, pelas 21 horas, na Sede Distrital da JSD, sita na Av. Dr. José Jardim, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Indicação dos candidatos da JSD a integrar a lista de Deputados à Assembleia da República pelo Círculo Eleitoral de Leiria.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD  
(João Pedro Ferreira)

### I CONSELHO DISTRITAL EXTRAORDINÁRIO DA JSD LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos, convoco o Conselho Distrital de Lisboa da JSD, para reunir no próximo dia 15 de Julho de 2009 (quarta-feira), pelas 21h30, no Hotel Holiday Inn Lisboa, sita na Av. António José de Almeida, n.º 28, 1000 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Indicação dos candidatos a Deputados da JSD Lisboa, em conformidade com o (art. 77.º al. b) dos Estatutos Nacionais da JSD;

3 – Aprovação da Proposta da CPD e das Secções do Distrito de Lisboa, com as indicações da JSD Lisboa às Câmaras Municipais e Assembleias Municipais de Amadora, Azembuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira, em conformidade com o (art. 77.º al. c) dos Estatutos Nacionais da JSD;

4 – Análise da Situação Política.  
O Presidente de Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD  
(Sérgio Freire de Azevedo)

### CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Lisboa Área Oeste, para reunião a realizar no próximo dia 17 de Julho de 2009 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede Distrital, sita em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política actual;
- 3 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar a lista de Deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Lisboa Área Oeste.
- 4 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa Área Oeste  
(Ricardo Machado)

### CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Portalegre, para reunião a realizar no próximo dia 17 de Julho de 2009, pelas 21 horas, na Sede do PSD Portalegre, sita no Largo 28 de Janeiro, n.º 10, em Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política actual;
- 3 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar a lista de Deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Portalegre.
- 4 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Portalegre  
(Nuno Gonçalo Franco Lacão)

### CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar a Assembleia do Conselho Distrital de Setúbal, para o próximo dia 17 de Julho de 2009, pelas 21 horas, na Sede Conselheira do PSD de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1.º Esq. 2900-107 Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos representantes da JSD à Assembleia Distrital de Setúbal;
- 2 – Indicação dos candidatos a Deputados à Assembleia da República pela JSD;
- 3 – Informações;
- 4 – Análise da Situação Político-Partidária.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Setúbal  
(David Campos)

### CONSELHO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Alto Minho, para reunião a realizar no próximo dia 17 de julho de 2009 (sexta-feira), pelas 20 horas na Sede da JSD Alto Minho, sita na Praça da Galiza, em Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único:  
Indicação dos candidatos da JSD a integrar a lista de Deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo.  
O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Viana do Castelo  
(Carlos Arieiro)

### CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Vila Real, para reunião a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2009 (quinta-feira), pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política actual;
- 3 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar a lista de Deputados à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Vila Real.
- 4 – Outros Assuntos.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Vila Real  
(Carla Costa)

### CONSELHO DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital Extraordinário, para reunir no próximo dia 17 de Julho de 2009 (sexta-feira), pelas 21h30, no Auditório Municipal (Filarmónica), sito na Rua Comendador Alberto Cardoso de Matos, em Tondela, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação dos candidatos a deputados da JSD do Distrito de Viseu nos termos da alínea b) artigo 77º dos Estatutos Nacionais da JSD.
- 2 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD  
(Daniel Figueiro)

### CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes da Secção da JSD de Cascais, para o próximo dia 21 de Julho de 2009, pelas 19 horas, na Sede da Secção, em Cascais, sita no Largo da Estação, n.º 4, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço de Actividade;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Eleições Autárquicas.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Cascais  
(Gonçalo de Oliveira Lage)

### SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Souсел, para uma reunião a realizar no próximo dia 5 de Setembro de 2009 (sábado), pelas 14 horas, na Sede do PSD de Souсел, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas devreão ser entregues em duplicado ao Presidente do Conselho Distrital de Portalegre ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Souсел, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 14h00 às 16 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Portalegre  
(Nuno Gonçalo Franco Lacão)

### FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Fronteira, para uma reunião a realizar no próximo dia 22 de Agosto de 2009 (sábado), pelas 14 horas, na Sede do PSD de Fronteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas devreão ser entregues em duplicado ao Presidente do Conselho Distrital de Portalegre ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Fronteira, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 14h00 às 16 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Portalegre  
(Nuno Gonçalo Franco Lacão)